



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 28 – nº 107 – Junho 2017

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Criminalização das migrações e tráfico de pessoas: um ciclo vicioso

EDITORIAL	3
PORTUGUÊS	4
Um discurso alinhado com diretrizes internacionais. Combate ao tráfico de pessoas.....	4
Nova lei contra o tráfico de pessoas facilita punição e amplia proteção à vítima	7
35% dos resgatados em ações de combate ao trabalho escravo são imigrantes	10
Migrantes no norte da África são vendidos em mercados de escravos na Líbia, denuncia ONU	11
Quase um terço do total de vítimas de tráfico de pessoas no mundo são crianças, segundo informações do Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2016.	13
Dos 50 milhões de escravos modernos, 60% estão na Ásia	14
Quase três quartos dos migrantes que chegam à Europa são alvo de tráfico ou exploração	15
ENGLISH	16
Human trafficking: 'Victims are very reluctant to step forward'	16
Trump Isn't Fighting Human Trafficking, He's Facilitating It	17
Latin America Lacks Clear Policies to Tackle Human Trafficking	19
Lives transformed by language classes for Syrian women.....	21
Xenophobic rhetoric created the conditions for abusing migrants	24
U.N. Sees Slavery Risk As Number Of Solo Migrant Children Hits Record High	24
Banning women from domestic work abroad raises trafficking risks - UN.....	25
ESPAÑOL	26
Tráfico humano en California: “Por seis años fui esclavo laboral”	26
Redes de tráfico humano se sofisticarían más con la construcción del muro en frontera sur de EE.UU.	27
Víctimas de abuso sexual se unen en campaña contra la pornografía y tráfico humano en RD	29
España dice que la respuesta de la ONU ante el tráfico humano sigue fragmentada	29
Cuba- EEUU: Tráfico humano y relaciones bilaterales	30
App ayuda a ubicar áreas de tráfico humano.....	30
IATA se une al combate contra el tráfico humano.....	31

ITALIANO	32
Come funziona il mercato degli schiavi in Libia e Niger	32
Il riscatto delle “schiave” romene abusate.....	33
Tratta di esseri umani, 2° business mondiale dopo il traffico d’armi	34
India, la suora che salva donne dal traffico di esseri umani: “Cristo mi spinge”.....	35
Santa Sede, un congresso sul traffico di esseri umani nella pesca. A Taiwan	36
Trenta milioni di bambini coinvolti nella tratta di persone.....	36
La Giornata mondiale contro la tratta delle persone per sfatare i miti che alimentano l’intolleranza .	38

EDITORIAL

As formas análogas à escravidão, seja para fins de exploração sexual ou laboral, seja para o tráfico de órgãos, casamento forçado ou outras modalidades, ao violarem direitos inalienáveis como a liberdade, a integridade física e psicológica e a própria dignidade humana, reduzem pessoas à condição de serem mercadorias em um negócio bastante lucrativo, revelando uma das facetas mais cruéis da humanidade: a coisificação do ser humano.

Apenas no período de 2012 a 2014, segundo o UNODC, mais de 60 mil casos foram reportados em 106 países, o que retrata não somente a incidência considerável, mas, principalmente, que se trata de fenômeno de dimensão e alcance global.

O tráfico de pessoas é uma consequência de um sistema cuja lógica privilegia o lucro em detrimento à pessoa e que, para tanto, se retroalimenta da precarização das condições de trabalho e da flexibilização das leis trabalhistas. Dessa forma, pessoas vulneráveis nas esferas social e econômica – invisíveis para a sociedade – são as que têm maior potencial de serem aliciadas por redes de exploração. O cenário no Brasil, por exemplo, onde o Congresso aprovou medidas que facilitam a terceirização de atividades-fim e que agora está discutindo um pacote de reformas nas leis trabalhistas, representa, em última instância, não somente uma ameaça aos direitos da população mais pobre, mas também aos avanços que já tinham sido conquistados na luta contra o Trabalho Escravo.

Quando analisamos o tráfico de pessoas em sua interface com o fenômeno migratório, uma complexidade ainda maior se estabelece, especialmente se consideramos o contexto atual, onde cada vez mais pessoas são forçadas a saírem de seus países, muitas vezes, em busca de sobrevivência ou em fuga de situações de violência e outras violações de direitos humanos.

Nesse contexto, em nível micro, muitas vezes, a condição migratória se apresenta como um fator a mais de vulnerabilidade que torna a pessoa suscetível à exploração. Em outras palavras, aqueles que estão longe de seu local de origem e, conseqüentemente, de seu seio familiar e de suas redes de apoio e proteção, justamente por estarem sozinhos e/ou em contextos muitas vezes hostis e estranhos, se tornam mais vulneráveis à violação de direitos e à exploração. O resultado é que pessoas que já são invisíveis socialmente têm sua condição de vulnerabilidade acirrada e se tornam reféns da situação a que estão submetidas e impossibilitadas de denunciar – por medo de serem deportadas, pela falta de documentos regulares, por desconhecimento do idioma ou mesmo por falta de acesso aos canais e meios que poderiam assegurar seus direitos.

Por outro lado, em nível macro, muitos países também se valem dessa interface, de maneira instrumental e utilitária, para defender, cada vez mais, a necessidade de políticas migratórias restritivas e de maiores investimentos na securitização e proteção de suas fronteiras. A confusão entre tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes é um dos mecanismos que tais políticas se valem na tentativa de conter fluxos migratórios, especialmente daqueles provenientes de países pobres e que envolvem migrantes “indesejados”. Segundo Guilherme Mansur, no artigo *Um discurso alinhado com diretrizes internacionais. Combate ao tráfico de pessoas* que compõe esta Resenha, é como se toda uma retórica de direitos humanos fosse mobilizada para justificar atitudes de controle e restrição, a partir do seguinte discurso: “[...] Precisamos gerir as fronteiras de forma eficiente, a fim de evitar a imigração irregular e proteger as potenciais vítimas de tráfico”.

Exemplo disso é a tentativa de alguns países asiáticos de não autorizarem suas nacionais a exercerem atividades de trabalho doméstico em outros países com base na ideia de que, dessa forma, as estariam protegendo da exploração e da violação de direitos. Ainda que o discurso seja o de controlar os fluxos migratórios a fim de proteger as pessoas da exploração, na prática, o que se percebe é o efeito reverso: há um incremento da migração, porém, através de canais irregulares, precários e inseguros. E a situação de irregularidade migratória, por sua vez, os torna mais vulneráveis ao trabalho forçado e à exploração, configurando assim um ciclo vicioso.

Diante desse cenário, a criminalização das migrações, que muitas vezes acompanha o discurso e as práticas anti-tráfico de pessoas, acaba por violar os direitos de pessoas que buscam salvar a própria vida e, em última instância, por alimentar a prática do tráfico de pessoas. A solução para essa questão passa necessariamente pelo reconhecimento do direito de migrar, pela garantia e promoção de canais regulares de migração e, antes disso, pelo desenvolvimento humano integral capaz de prevenir esta e outras ameaças à vida e à dignidade humana, combatendo miséria, pobreza, exclusão social, discriminação, desemprego, entre tantos outros elementos que fazem parte da lógica do sistema capitalista e que são as causas estruturais do tráfico de pessoas.

PORTUGUÊS

Um discurso alinhado com diretrizes internacionais. Combate ao tráfico de pessoas

No Brasil, embora a legislação vincule migração e segurança, nunca foi preciso montar um aparato como o da Europa. Mesmo assim, parece que está em gestação um discurso sobre migração e fronteira mais alinhado com as diretrizes internacionais, embora ainda não refletido em estruturas organizacionais.

Rodrigo Farhat

“Devemos estar atentos à maneira como as políticas de combate ao tráfico de pessoas são criadas e reproduzidas. Muitas vezes, o que vem sendo exportado são mecanismos de governabilidade e controle de populações, que chegam por vias distintas, mas que se afirmam através de normativas, compromissos e acordos de cooperação.”

O alerta vem do antropólogo social Guilherme Mansur, de 33 anos, membro do grupo de trabalho Migración, Cultura y Políticas do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (Clacso) e pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (Cemi/Unicamp). Ele defende, nesta entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, que é preciso cautela na adoção de políticas e discursos que envolvem temas como migração, segurança e fronteira. Muitas vezes, o que está sendo exportado são mecanismos de governabilidade e controle de populações, através de normativas, compromissos e acordos de cooperação. Ele acredita que há um modo muito similar no processo de difusão de temáticas e categorias no cenário internacional. “Geralmente, bandeiras tidas como universais são investidas de interesses estratégicos. Afinal, quem vai ser contra o combate à corrupção, terrorismo, tráfico de pessoas?”, questiona. O campo de intervenção internacional é fértil em legitimar empreitadas morais, econômicas e geopolíticas. Daí a importância de mapear o que está em jogo em cada onda de projetos, identificando quem os financia, por que razões e interesses.

Como se dá a articulação entre migração e segurança no Brasil?

No Brasil, a articulação entre migração e segurança se dá na própria legislação migratória. O Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), criado no período militar, mas ainda em vigor, vincula de maneira enfática migração e segurança nacional. No texto legal, o estrangeiro é via de regra associado ao crime e à subversão. Com o próprio processo de redemocratização dos últimos anos e as demandas dos movimentos de defesa de migrantes, houve mudanças nos discursos de autoridades que lidam com a questão, mas não se conseguiu reformular a legislação migratória. De qualquer forma, é preciso enfatizar a importância da atuação de determinados conselhos e organizações governamentais para atualizar e ampliar os direitos dos migrantes.

E além da questão legislativa?

Para além da questão legislativa, o vínculo entre migração e segurança no Brasil é sentido no dia a dia dos migrantes, em seus trâmites e relações com a Polícia Federal. O fato de um órgão policial ser a referência do Estado no trato com essas pessoas já denota o forte vínculo entre tais questões. Ultimamente, também, a aproximação entre migração e segurança tem se dado de maneira mais sutil, por exemplo, por meio de projetos de cooperação nas áreas de fronteira ou da reprodução de conceitos e políticas internacionais que tratam de temas como tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.

Você acredita que o Brasil e os países da América do Sul reproduzem políticas internacionais de combate ao tráfico de pessoas?

Sem dúvida. Não só o Brasil e demais países sul-americanos, mas governos dos mais distintos e heterogêneos países. Aliás, essa sempre foi uma inquietação dos estudiosos do assunto: como uma pauta exógena e distante das questões mais prementes de diferentes sociedades conseguiu se disseminar de forma tão vigorosa, ganhando ares de importância e urgência internacional?

Como se deu essa disseminação?

Até o final dos anos 1980, a questão do tráfico humano era um tema que interessava a grupos feministas particulares, preocupados com a problemática do turismo sexual no sudeste asiático. De repente, nas décadas subseqüentes, a questão foi alçada à ordem do dia da agenda política internacional, passando a envolver atores como o Departamento de Estado e o Congresso dos Estados Unidos, a União Europeia e as Nações Unidas. Pode-se argumentar que neste período os deslocamentos humanos cresceram e, por conseguinte, também os casos de tráfico de pessoas, mas minha hipótese é distinta: tal como em outros períodos históricos, a questão do tráfico humano ganhou notoriedade nos últimos anos em razão de interesses bem definidos, afetos à preocupação de Estados nacionais e supranacionais em reter e controlar fluxos migratórios em direção a seus territórios.

O que houve? Ou seja, como as migrações foram deslocadas para o campo da criminalidade?

Aqui se opera uma inversão em relação ao discurso hegemônico. O tema do tráfico de pessoas não é uma consequência de um mundo no qual os deslocamentos se intensificaram. Ele é antes um artefato utilizado para aproximar as migrações do campo da justiça criminal, transformando os deslocamentos humanos em questão de segurança e objeto do direito penal. Por embaralhar questões de crime e violação de direitos, o discurso hegemônico acerca do tráfico é também altamente reativo. Questionar seus pressupostos implica em ser usualmente acusado de leniência diante de tais violações.

O ponto é que tão ou mais pernicioso que a ocorrência dos casos de tráfico é o efeito de seu enfrentamento sobre pessoas estigmatizadas e que se deslocam de maneira voluntária. Um conjunto de pesquisadores brasileiros e estrangeiros tem mostrado, com dados qualitativos consistentes, que as narrativas hegemônicas sobre o problema vêm redundando em verdadeiras cruzadas morais anti-prostituição

e anti-imigração. E isso nos mais diferentes contextos.

E como são construídas essas narrativas?

É um processo complexo. A razão para a questão da pauta anti-tráfico ter se amplificado nos últimos anos relaciona-se à sua difusão em fóruns, negociações e documentos de caráter internacional. Em minha tese de doutoramento, acompanhei um pouco deste processo, mostrando como as políticas internacionais sobre o tema estão enredadas em uma complexa teia de interesses, particularmente dos países que as incentivam e financiam. Há a emergência de todo um domínio técnico relacionado à administração das fronteiras, nas quais especialistas e normas internacionais têm ajudado a remodelar as atividades de controle fronteiriço.

Como essas narrativas operam?

Nessa seara, narrativas que se pretendem “técnicas” acabam adotando a defesa de uma gestão eficiente das fronteiras, que visa suavizar o “impacto” da movimentação de pessoas e prevenir a migração irregular, com vistas a evitar a violação dos direitos dos migrantes. É como se toda uma retórica de direitos humanos fosse mobilizada para justificar atitudes de controle e restrição. “Precisamos gerir as fronteiras de forma eficiente, a fim de evitar a imigração irregular e proteger as potenciais vítimas de tráfico”.

Neste processo, têm peso relevante alguns organismos internacionais e intergovernamentais que atuam direta ou indiretamente com a questão migratória. Muitas vezes o seu papel é positivar práticas estatais restritivas, dando uma feição moderna e politicamente correta à questão migratória. Num contexto onde os países hegemônicos têm evitado intervir sistematicamente em outros territórios nacionais, os espaços dessas organizações são muitas vezes utilizados para expandir suas próprias estratégias de governança.

Como isso se dá em termos práticos?

Esse discurso se viabiliza por meio de manuais, guias e outros “produtos técnicos” criados a partir de treinamentos, “pesquisa” e demais atividades de cooperação. Também são relevantes estratégias de advocacy, campanhas midiáticas e rituais performáticos, como reuniões, seminários e conferências, que ajudam a solidificar determinados padrões de comunicação e intervenção. Em geral, essas ações e materiais apostam na promoção de um vocabulário técnico restrito, usualmente alheio às complexidades do deslocamento de pessoas no mundo real.

Você diz que os projetos colocados em prática por organismos internacionais ajudam a aproximar a questão migratória do campo da justiça criminal. Como isso ocorre?

Sobre os organismos internacionais que atuam com a questão migratória, chamo a atenção para alguns aspectos. Um deles é que, embora se concebam como técnicas, essas instituições mantêm uma relação de dependência e simbiose com seus financiadores. Atuando num competitivo mercado de projetos, sua independência é questionável, pois só recebe recurso quem faz projetos seguindo as diretrizes dos doadores centrais. Outro ponto fundamental relaciona-se ao que disse anteriormente: o crescimento de muitas dessas organizações corresponde à aposta em modelos descentralizados de gestão.

Você poderia dar um exemplo?

Veja o caso europeu. A governança contemporânea das migrações na Europa rompeu o clássico modelo administrativo estatal e é feita atualmente por um conjunto de agências descentralizadas. Para o antropólogo Gregory Feldman, essas agências têm se mostrado mais eficientes do que modelos coloniais na gestão e controle de populações. O fato de não ser preciso um comando central permite aos distintos atores uma confrontação mais rápida e eficiente das contingências da história e das constantes readaptações dos fluxos migratórios. Por outro lado, o campo migratório europeu está inundado de especialistas da área de segurança, que fazem palestras sobre “falsificação de documentos” e “soluções de fronteira inteligentes”. Em minha etnografia, destaquei que vários funcionários entrevistados eram policiais ou agentes de segurança. A linguagem do direito penal é rotineira para atores que lidam com a questão migratória e os projetos de cooperação internacional envolvem prioritariamente instituições policiais, juízes, procuradores e atores do campo da justiça criminal.

E como o Brasil, marcado em sua história por séculos de escravidão, lida na atualidade com a agenda internacional de combate ao tráfico de pessoas?

Quando tive contato com a questão do tráfico de pessoas, trabalhava na Coordenação de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/MDA) e me intrigava a falta de relação da denominada “escravidão moderna” aos mais de três séculos de tráfico de escravos para o Brasil. Em que pesasse a enorme riqueza dos trabalhos de historiadores e cientistas sociais sobre o assunto, não havia qualquer ponto de

contato entre aquelas reflexões e a literatura emergente sobre tráfico de pessoas. Isso era sintomático do quanto a pauta anti-tráfico se dissociava dos debates locais.

Maia Sprandel [integrante do grupo de trabalho em Migrações Internacionais da Associação Brasileira de Antropologia e pesquisadora associada do Centro de Estudo em Migrações Internacionais da Unicamp] e eu refletimos bastante sobre isso. Descrevemos a prioridade que foi dada ao tema pelo governo federal, representada pela criação de uma política e dois planos nacionais. Destacamos como a pauta do tráfico “caiu” sobre gestores e ativistas envolvidos com as discussões de exploração sexual de crianças e adolescentes, migração, trabalho escravo e prostituição. Todo um campo de expertise e conhecimento locais começou a ser desafiado por aquele conceito exógeno.

De onde surgiram as primeiras críticas?

Alguns ativistas e pesquisadores brasileiros tiveram um papel fundamental na crítica dos pressupostos da categoria “tráfico de pessoas”, mostrando como ela se sobrepunha aos debates e intervenções existentes. No caso do trabalho escravo, era patente como a pauta anti-tráfico ignorava um conjunto de iniciativas locais de combate ao problema. Para muitas prostitutas, travestis e transexuais, por sua vez, o aumento da sensibilização sobre o tema acabou acarretando maior repressão em suas práticas. Já alguns militantes envolvidos com a questão migratória questionavam o fato do tema ter ganhado prioridade diante de suas demandas históricas.

Como a sociedade civil se posiciona sobre estes fatos?

No caso brasileiro, uma sociedade civil atuante e pesquisadores de instituições acadêmicas independentes fizeram que o discurso hegemônico anti-tráfico tivesse certa dificuldade em se afirmar de maneira unilateral. Nesse sentido, houve um esforço recorrente em qualificar o debate e alertar os gestores para as consequências negativas da disseminação daquela pauta. Mesmo com novelas, campanhas religiosas e determinadas ações governamentais estimulando pressupostos do discurso hegemônico – como o enfoque desproporcional no “tráfico sexual” e o excesso de vitimização dos sujeitos –, a agenda anti-tráfico sofreu certa resistência por aqui.

Você crê que haja mecanismos de governabilidade migratória vinculados ao controle de populações no Brasil?

O Brasil está num contexto muito diferente do europeu. Não há como comparar o que se passa aqui com a pressão migratória da Europa, por razões geográficas, geopolíticas e econômicas. Do mesmo modo, também são incomparáveis as estruturas criadas para lidar com a gestão migratória.

No caso europeu, boa parte das estruturas de segurança e espionagem da Guerra Fria foram deslocadas para o campo das migrações, e incrementadas com a introdução de novos sistemas tecnológicos de vigilância populacional. Ou seja, por lá, a questão migratória virou assunto de inteligência.

E no Brasil...

Já no Brasil, embora a legislação force o vínculo entre migração e segurança, nunca foi preciso montar algo similar à estrutura de guerra dos países europeus, em razão do número ínfimo de migrantes face a população total. Ainda assim, parece que um discurso sobre migração e fronteira mais alinhado com as diretrizes internacionais está em gestação, embora ainda não refletido em estruturas organizacionais. Além disso, não é demais lembrar que como os governos e políticas mudam, nada garante que eventuais estruturas institucionais criadas nas áreas de fronteira não sejam futuramente utilizadas para restringir, barrar e controlar

imigrantes. Em suma, devemos estar atentos à maneira como as políticas nessa área são criadas e reproduzidas. Muitas vezes, o que vem sendo exportado são mecanismos de governabilidade e controle de populações, que chegam por vias distintas, mas que se afirmam através de normativas, compromissos e acordos de cooperação.

Essa operatória dos organismos internacionais é comum a outros temas?

Acho que há um modo muito similar no processo de difusão de temáticas e categorias no cenário internacional. Geralmente, bandeiras tidas como universais são investidas de interesses estratégicos. Afinal, quem vai ser contra o combate à corrupção, terrorismo, tráfico de pessoas? É evidente que os conteúdos temáticos divergem em cada caso, mas há uma operatória parecida na forma como as categorias e políticas são criadas e difundidas. O campo de intervenção internacional é fértil em legitimar empreitadas morais, econômicas e geopolíticas. Daí a importância em mapear o que está em jogo em cada onda de projetos, identificando quem os financia, por que razões e interesses.

Fonte: <http://diplomatie.org.br/combate-ao-traffic-de-pessoas/> - 12.04.2016

Nova lei contra o tráfico de pessoas facilita punição e amplia proteção à vítima

O tráfico de pessoas para exploração sexual ainda é o mais comum no Brasil, mas a nova lei reconhece também outras formas, como o trabalho escravo e a adoção ilegal.

Elina Rodrigues Pozzebom

I.A.L., 30 anos, é um operário da construção civil que vive em Minas Gerais. Ele e mais 13 cidadãos, recrutados no estado e na Bahia, receberam uma boa oferta de emprego, com promessa de carteira assinada, salário de R\$ 1.500, alimentação, alojamento e outros benefícios para trabalhar na obra de uma construtora de Belo Horizonte, em janeiro de 2015.

O combinado se mostrou uma farsa quando os homens, conduzidos em ônibus clandestinos para canteiros em cidades mineiras distintas, em vez da capital, foram confinados em alojamentos sujos e precários, mal equipados, com comida escassa, sem contato com parentes, sem contrato formal de trabalho e sem receber o salário acertado, já que tiveram descontados da remuneração as passagens, a alimentação e até o botijão de gás. Foram resgatados três meses depois, em Lagoa Santa (MG), numa fiscalização

da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais.

Tal situação é considerada tráfico de pessoas. Há aliciamento, mediante fraude, que mais adiante se revela em falsas promessas. Eles enfrentam péssimas condições de trabalho, que ferem diretamente as garantias mínimas do ordenamento juslaboral, em condições de escravidão – explica a pesquisadora Rayana Campos, de Belo Horizonte.

Se a Lei 13.344/2016, que atualiza a legislação para o tráfico de pessoas, já vigorasse, os envolvidos no aliciamento dos trabalhadores seriam mais facilmente enquadrados como traficantes, para submissão a trabalho análogo ao de escravo.

Antes da lei, que entrou em vigor em 21 de novembro, para uma possível acusação, eram necessárias inúmeras interpretações, remissões a tratados internacionais e equiparações de

condutas penais. A acusação agora tornou-se mais rigorosa e sistematizada, facilitando a operação da Justiça, e mais abrangente, pois deixa de reconhecer o tráfico de pessoas apenas quando é para fins de exploração sexual.

O caso é de tráfico de pessoas, que é agenciar ou aliciar, recrutar, transportar, [...] por meio de fraude. Então, a lei pega todo mundo. São traficantes de pessoas – complementa o consultor legislativo do Senado Jayme Benjamin.

Muitos não percebem que sofreram crime

A defensora pública federal e coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da DPU, Vivian Santarém, explica que o crime de tráfico “é você extinguir a liberdade de uma pessoa, aproveitando-se de coação, fraude ou situação de vulnerabilidade daquela vítima para fins de exploração”.

É restringir a liberdade do ser humano para explorá-lo, seja no trabalho, sexualmente ou de qualquer outro tipo — resume.

Pela natureza complexa e pouco visível do crime, é difícil apurar a ocorrência e calcular o número real de vitimados. Os casos são quase sempre subnotificados, segundo ela.

As vítimas costumam ser mulheres, travestis e transexuais, crianças e adolescentes, mas também são frequentes, especialmente no trabalho escravo, homens de 18 a 30 anos, quase sempre em condições de vulnerabilidade social e econômica.

É um crime perverso, que viola direitos humanos inalienáveis: a liberdade, a integridade física e psicológica, a honra e a dignidade da vítima. Os fins de exploração sexual figuram como a principal atividade de tráfico humano, mas a exploração para o trabalho também registra números expressivos – diz.

De acordo com o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, com dados coletados em diversos órgãos de governo e sintetizados pelo Ministério da Justiça de 2011 a 2013, a última consolidação feita, foram 2.089 trabalhadores resgatados no Brasil em 2013, em operações do Ministério do Trabalho, de situações análogas à de escravidão, a exemplo de I.A.L.

O Disque 100, telefone para denúncias da Secretaria de Direitos Humanos, em 2013 registrou 309 vítimas de tráfico de pessoas: 135 mulheres, 49 homens e 125 sem distinção de gênero. Já os dados dos boletins de ocorrência das polícias estaduais indicam a existência de 113 vítimas de tráfico para trabalho escravo no país. Para a exploração sexual, há registros de 123 vítimas locais e 11 para o exterior. São Paulo e Minas Gerais lideram as estatísticas.

No mesmo ano, 62 brasileiros foram traficados para fora do país. Desse total, 21 cidadãos, a maioria homens (11), trabalharam em regime de escravidão (na China, em Bangladesh, entre outros). De 2005 a 2013, foram 160 registros de brasileiros em trabalho análogo ao de escravo em outros países, segundo o Ministério das Relações Exteriores.

Para exploração sexual no exterior, do total de 41 registros, em 2013, foram 36 mulheres e 5 pessoas de gênero não informado. A maior parte das mulheres vítimas de tráfico sexual foi resgatada da Suíça (17). De 2005 a 2013, o total de traficados para exploração sexual fora do país chegou a 382.

Marco legal amplia conceito e aperfeiçoa investigação

Novo marco legal para o tráfico de pessoas, a Lei 13.344/2016 é resultante de projeto de lei da CPI do Tráfico de Pessoas, que funcionou no Senado em 2011 e 2012. O projeto (PLS 479/2012) buscou adequar a legislação brasileira ao Protocolo de Palermo, tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) editado em 2000, do qual o Brasil é signatário.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que presidiu a CPI, o principal objetivo foi mudar a legislação para facilitar a identificação do crime.

O tráfico de pessoas era mais invisível ainda porque nem a legislação brasileira o tipificava corretamente – explicou.

O Código Penal só tipificava o crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, tanto o interno quanto o internacional. Mas o sistema de Justiça já trabalhava para punir os outros crimes correlatos, como escravidão e tráfico de órgãos. A lei simplificou o processo.

O que a lei fez: criou um artigo único sobre tráfico de pessoas que prevê diversas finalidades de exploração: sexual, do trabalho escravo, remoção de órgãos e tecidos, adoção ilegal – explicou a defensora pública Vivian Santarém.

O novo artigo do Código Penal diz que é crime de tráfico de pessoas, interno e internacional, “agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso”, com o intuito de remove-lhe órgãos, submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo ou a qualquer tipo de servidão, para adoção ilegal ou exploração sexual.

A pena prevista é de quatro a oito anos de prisão, mais pagamento de multa. A punição é aumentada caso o crime seja cometido por funcionário público ou contra crianças, adolescentes e idosos. A penalidade também

pode ser agravada quando a vítima é traficada para o exterior.

Inovações

O marco legal amplia o enfrentamento ao tráfico de pessoas trabalhando em três eixos: prevenção, proteção à vítima e repressão. A mudança mais significativa está na proteção, com a criação de uma política completa de assistência às vítimas.

A lei prevê assistência jurídica, social, trabalho e emprego, saúde, acolhimento e abrigo provisório, prevenção à revitimização da pessoa e atendimento humanizado, nos moldes do que acontece com vítimas de estupro – diz Jayme Benjamin.

A subprocuradora-geral da República e coordenadora da 2ª Câmara Criminal do Ministério Público Federal (MPF), Luiza Frischeisen, destaca inovações para a melhoria da investigação e combate ao crime. Entre elas, a possibilidade de formação de equipes conjuntas de investigação – de agentes que trabalham com tráfico de pessoas dos outros países e Ministério Público e polícia brasileira – e dispositivos especiais para bloqueio de bens de quem está fazendo o tráfico, a alienação antecipada.

A nova lei traz um conjunto de normas, não só normas penais. Está preocupada com a proteção à vítima, com as condições de investigação, de conseguir apreender o produto e bloquear o dinheiro usado para tráfico – analisou.

Mais poderes também foram concedidos à polícia e ao MPF para acessar dados, acrescentou Benjamin. O delegado não precisa mais de autorização judicial para requisitar das prestadoras de serviço de telefonia informações sobre a localização da vítima, ou de suspeito, de delito que estiver em curso.

Outra mudança, explica Vivian, é a concessão de residência permanente aos estrangeiros vítimas de tráfico de pessoas no Brasil, com extensão às famílias. Isso é importante para que os traficados testemunhem no processo penal. A DPU tem atuado muito em São Paulo com bolivianos explorados na indústria têxtil, e no Rio de Janeiro, com chineses em pastelarias. Ela também destacou a criação um banco de dados nacional, com unificação e tratamento melhorado das informações dos órgãos brasileiros que lidam com o problema (polícias federal, rodoviária, civis e militares, Itamaraty, Ministério do Trabalho, secretaria de mulheres e de direitos humanos, entre outros). Tal banco é fundamental para

fomentar políticas públicas, ter noção do fenômeno no Brasil e criar medidas concretas de combate.

Ação articulada e trabalho em rede orientam o combate

Lei 13.344 também obriga a efetivação de campanhas socioeducativas e de conscientização, com mobilização de todos os níveis de governo e participação da sociedade civil.

A nova lei torna obrigatórios e traz como diretrizes a ação articulada das diversas esferas de governo e o trabalho em rede como forma de combate. A rede é muito importante para o combate ao tráfico – diz Vivian.

Ela elogia o trabalho de ONGs como o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), ligado à Igreja Católica e coordenado, no Distrito Federal, pela irmã Rosita Milesi.

Irmã Rosita diz que o crime de tráfico de pessoas é invisível, pouco divulgado e que a sociedade não é alertada adequadamente sobre sua existência.

Para ela, o que dificulta a notificação dos casos de tráfico, especialmente quando há exploração sexual, é a vergonha, ou a dificuldade de as pessoas se identificarem como vítimas. Aliás, há quem, em última análise, se ache culpado por ter aceitado um convite, pagado para obter um benefício e acabar numa situação de exploração, salienta.

Apesar do avanço considerável, na opinião de Vivian, a nova lei falha na questão da vulnerabilidade. Os vulneráveis social e economicamente – negros, moradores da periferia, pessoas com baixa escolaridade e baixa renda – são os mais aliciados. Segundo o Protocolo de Palermo, mesmo que a pessoa aceite ser submetida à situação de tráfico, o consentimento é irrelevante por ela ter sido aliciada numa situação vulnerável. Ou seja, pelo protocolo, o caso se enquadra como tráfico.

A Lei 13.344 foi mais tímida nesse aspecto. Quase não menciona a situação de vulnerabilidade da vítima e, quando o faz, não fala sobre o consentimento da vítima. Nem sempre ela tem consciência de que foi submetida a tráfico – lamenta.

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/novo-marco-legal-contra-o-trafico-de-pessoas-facilita-punicao-e-amplia-protecao-a-vitima> - 13.12.2016

35% dos resgatados em ações de combate ao trabalho escravo são imigrantes

Luís Felipe Aires Magalhães e Lidiane Maciel

Durante o primeiro seminário do ciclo de Diálogos no Centro de Estudos Migratórios (CEM) de 2017, que aconteceu na última sexta (24) na Missão Paz, no centro da capital paulista, o auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em São Paulo, Renato Bignami, apresentou dados relativos às ações de fiscalização e de combate ao trabalho escravo empreendidas pelo MTE no estado entre 2010 e 2016, relacionando-os com migração. O tema escolhido era "Trabalho escravo e migrações".

Neste período, de todos os trabalhadores que foram resgatados por meio destas ações do MTE, 35% eram imigrantes. Dados de nacionalidade e sexo do resgatado não são disponíveis.

Segundo ele, o setor que mais foi alvo das ações fiscais do MTE no estado de São Paulo neste mesmo período foi o de confecção e vestuário (36% das ações), seguido da construção civil (20%), agricultura (13%) comércio varejista de vestuário (8%) e produção florestal (8%). Juntos, apenas estes cinco setores respondem por 85% das ações de combate ao trabalho escravo em território paulista.

No entanto, o que mais apresentou ocorrências de trabalho análogo ao escravo foi o do agronegócio (188 empresas e 2.583 trabalhadores nesta condição), seguido da construção civil (17 empresas e 196 trabalhadores), segundo a procuradora Tatiana Leal Bivar Simonetti, do Ministério Público de São Paulo (MPT/SP), que apresentou dados da Lista Suja do Trabalho Escravo (2017). Os dois setores são os que mais admitiram trabalhadores haitianos entre 2010 e 2014 em nosso país, se tomamos como referência a cadeia da agropecuária e seus abatedouros.

É importante lembrar a forte participação de mão-de-obra de migrantes nacionais, especialmente nordestinos no corte de cana-de-açúcar e colheita da laranja. Na cidade de São Paulo, o setor têxtil adquire predominância na lista, com 11 empresas e 122 trabalhadores. Bolivianos, peruanos e paraguaios se apresentaram como as vítimas da vez.

No seminário, esses dados foram apresentados ao conjunto de entidades da sociedade civil organizada, movimentos sociais, religiosos e grupos de pesquisa de diversas universidades ali presentes as ações de combate ao trabalho escravo empreendidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no estado de São Paulo.

Tipos de execução de trabalho escravo

Segundo o Código Penal Brasileiro, há quatro modalidades de execução de trabalho escravo. A primeira modalidade refere-se ao "trabalho forçado", a partir da qual o trabalhador ou não se ofereceu espontaneamente ao serviço ou não consegue deixá-lo, caracterizando um regime de servidão no qual a mobilidade do trabalhador é cerceada e posto à serviço do empregador.

A segunda forma é através de jornada exaustiva. Ela não significa tão somente jornada prolongada, mas também caracteriza aquelas circunstâncias em que o trabalhador está submetido a um grau tão extremo de superexploração de sua força de trabalho em que suas energias não são repostas devidamente, ocasionando danos à sua saúde física e/ou mental. A alta rotatividade existente em muitos setores de atividade econômica e a superexploração da força de trabalho que caracteriza o capitalismo dependente brasileiro dá-nos a real dimensão do quanto essa forma de execução de trabalho escravo pode ser comum em nosso país.

A terceira forma faz menção às condições degradantes não apenas das relações de trabalho em si como também da situação de higiene, saúde, segurança, alimentação e moradia a que os trabalhadores estão submetidos. No campo e nas cidades, ambientes de trabalho e de alojamento insalubres e prejudiciais à saúde do trabalho são, também, elementos que configuram trabalho análogo à escravidão.

A quarta e última modalidade é, desafortunadamente, muito aplicada a trabalhadores migrantes, sejam eles internos ou internacionais: a servidão por dívidas. Inúmeras pesquisas sobre mobilidade no Brasil têm revelado práticas de servidão de trabalhadores migrantes por anos a fio em razão de gastos que o empregador dispense no transporte dos trabalhadores de sua região de origem até o local de trabalho. Parte ou mesmo todo o salário é retido para a compensação destes custos e de "benefícios" que o empregador oferece, como alojamento, alimentação e vestimenta, também estes frequentemente precários.

Nas pesquisas levadas à cabo no Observatório das Migrações no estado de São Paulo, temos percebido múltiplas formas de violação dos direitos trabalhistas e humanos da população trabalhadora imigrante e migrantes internos no Brasil.

Quando se trata dos imigrantes e das quatro manifestações citadas anteriormente, somam-se a alocação discriminatória nos setores mais pesados da produção, a remuneração ainda

menor em relação aos brasileiros e fraudes contratuais que impedem os imigrantes sem domínio do idioma de receber qualquer direito trabalhista pós-demissão.

São trabalhadores que se encontram em alto nível de vulnerabilidade social. Especificamente em relação a imigração haitiana no Brasil, essas e outras violações foram tema da recente publicação do livro “A Imigração Haitiana no Brasil”.

O espectro da terceirização total

Outro dado interessante apresentado no seminário foi que, para uma População Economicamente Ativa superior a 100 milhões de pessoas, o MTE dispõe de apenas 2.400 auditores fiscais do trabalho. Assim, enquanto aguarda realização de concurso para provimento de mais 1100 vagas abertas, eles se veem diante da insuficiente cobertura do sistema e do combate ao trabalho escravo.

Neste contexto, foi lançada a preocupação com a aprovação da Lei de Terceirização – Projeto de Lei (PL) 4.302, de 1998 –que apresenta ao mundo do trabalho no Brasil um futuro incerto e, possivelmente, mais precário. Paralelamente, são muitas as tentativas de flexibilização dos artigos

149 e 207 do Código Penal Brasileiro, que tipificam o trabalho escravo.

Esses intentos buscam não apenas minimizar o combate ao trabalho escravo no Brasil como, ainda, abafar o seu conhecimento e impedir a divulgação dos números do trabalho escravo no Brasil – bem como dos nomes dos empregadores envolvidos. A Lista Suja do Trabalho Escravo de 2017, por exemplo, só pode ser conhecida por meio de decisão liminar da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, obrigando o governo a publicar a relação de empregadores nela contida.

Não nos resta dúvida que a fiscalização, mesmo insuficiente, dos órgãos do governo deve se somar ao trabalho das organizações de trabalhadores, dos órgãos da sociedade civil, dos movimentos populares e das investigações e análises dos grupos de pesquisa das universidades.

A construção de relações mais dignas de trabalho para brasileiros e imigrantes passa necessariamente pelo conhecimento e pela denúncia de suas condições e sujeição ao trabalho escravo no Brasil.

Fonte <http://csem.org.br/noticia/5809-35-dos-resgatados-em-acoos-de-combate-ao-trabalho-escravo-sao-imigrantes> - 29.03.2017

Migrantes no norte da África são vendidos em mercados de escravos na Líbia, denuncia ONU

Migrantes que viajam até a Líbia para chegar à Europa correm risco de serem sequestrados, abusados, mortos e vendidos em mercados de escravos no país localizado ao norte da África. Informação é da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que recebeu e divulgou novas denúncias de sobreviventes. Agência da ONU descreveu o território líbio como ‘um arquipélago de tortura’. Refém liberto em Trípoli pesava 35 kg e tinha ferimentos pelo corpo.

Migrantes vítimas de contrabandistas estão sendo vendidos em “mercados de escravos” na Líbia. A informação foi divulgada nesta terça-feira (11) pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), que coletou depoimentos de sobreviventes durante o final de semana. Para a agência da ONU, casos se somam a uma “longa lista de violações” registradas no país do norte da África.

“Migrantes que vão para a Líbia tentando chegar à Europa não têm ideia do arquipélago de tortura que os aguarda bem do outro lado da fronteira”, alertou o porta-voz máximo da OIM em Genebra, Leonard Doyle. “Lá, eles se tornam mercadorias a serem compradas, vendidas e descartadas quando não têm mais valor.”

Oficiais do organismo atuando no Níger documentaram o regaste de um senegalês — apresentado apenas pela sigla SC, para proteger

sua identidade — que deixou seu país de origem para chegar à Líbia.

Ao chegar à cidade nigerense de Agadez, o homem foi informado de que teria de pagar 320 dólares para seguir viagem rumo ao território líbio. SC aceitou a exigência e deu prosseguimento à jornada pelo deserto.

O percurso transcorreu sem maiores preocupações, o que está longe de ser uma regra — a OIM já foi informada por outros migrantes de que, nesses caminhos, é possível encontrar os restos mortais de vítimas de traficantes. Nas rotas, também são altos os riscos de interceptação por bandidos que desejam roubar combustível.

Quando chegou em Sabha no sudoeste da Líbia, SC foi questionado pelo motorista, que disse não ter sido pago pelo contrabandista contratado pelo senegalês. O condutor do veículo afirmou, então, que ele estava transportando os migrantes para

um estacionamento onde SC descobriu um mercado de escravos.

“Migrantes da África Subsaariana estavam sendo vendidos e comprados por líbios, com o apoio de nigerianos e ganeses que trabalhavam para eles”, explicou o funcionário da OIM que prestou assistência ao senegalês.

SC foi comprado e levado para sua primeira prisão, uma propriedade privada onde mais de cem migrantes eram mantidos reféns. Segundo o senegalês, os sequestradores forçavam os prisioneiros a ligarem para seus familiares. Durante o contato, eram frequentemente espancados para que os parentes ouvissem o sofrimento causado pela tortura. O objetivo era motivar o pagamento do resgate, estimado em 480 dólares.

Sem conseguir juntar o dinheiro necessário, o migrante foi comprado por outro líbio e levado a outra casa. O preço do resgate era mais alto — 970 dólares. O montante devia ser pago via Western Union ou Money Gram para um indivíduo chamado Alhadji Balde, que supostamente vivia em Gana.

Após conseguir alguns poucos recursos financeiros com a família, SC concordou em trabalhar como intérprete para os sequestradores, a fim de evitar novos espancamentos. Em seu depoimento à equipe da OIM, o senegalês descreveu condições de higiene terríveis e lembrou que alimentos eram oferecidos apenas uma vez ao dia. O relato indica que reféns sem dinheiro para oferecer aos sequestradores eram mortos ou deixados sem comida até falecer.

Segundo SC, quando alguém morria ou era libertado, novos migrantes eram comprados no mercado. Mulheres também eram vendidas e compradas por indivíduos — também líbios, segundo SC — que as transformavam em escravas sexuais.

A OIM esclarece que recolhe informações de migrantes que voltam da Líbia e passam pelos centros de trânsito da agência da ONU em Niamey e Agadez. SC estava voltando para casa nesta semana após meses em cativeiro.

“Durante os últimos dias, discuti essas histórias com outras pessoas que (também) me contaram casos horríveis. Todos confirmaram os riscos de ser vendidos como escravos em praças ou oficinas em Sabha, ou por seus motoristas ou por moradores locais que recrutam os migrantes para trabalhos diários na cidade, frequentemente na área de construção, e, mais tarde, em vez de pagá-los, vendem suas vítimas a novos compradores”, afirmou um oficial do organismo internacional no Níger.

“Alguns migrantes — a maioria dos quais são nigerianos, ganeses ou gambianos — são

forçados a trabalhar para os sequestradores ou comerciantes de escravos nos locais de cativeiro ou no próprio mercado”, acrescentou.

Em Trípoli, refém é solto ferido e pesando apenas 35kg

Adam — nome fictício — foi outro migrante entrevistado pelos oficiais da OIM, desta vez na Líbia. Oriundo da Gâmbia, ele contou ter sido sequestrado junto com outros 25 ganeses compatriotas durante uma viagem de Sabha a Trípoli. Homens armados os levaram a uma prisão onde cerca de 200 homens e também mulheres estavam sendo mantidos sob cárcere.

Segundo o sobrevivente, reféns eram espancados todos os dias e eram também forçados a entrar em contato com os parentes para solicitar o pagamento do resgate. O pai de Adam levou nove meses para juntar dinheiro suficiente e conseguir libertar o filho — foi necessário vender a casa da família para obter o montante necessário.

Adam foi solto em Trípoli, pesando apenas 35 quilos e com sérios ferimentos e problemas de saúde. Após ser acolhido por uma família e receber assistência de um médico da OIM, ele conseguiu voltar para a Gâmbia no dia 4 de abril. O escritório da agência da ONU na Líbia continuará financiando seu tratamento de saúde, além oferecer ao sobrevivente uma assistência em dinheiro para sua reintegração ao país de origem.

“A situação é horrenda. Quanto mais a OIM se envolve (com a situação) dentro da Líbia, descobrimos mais que (o país) é uma vale de lágrimas para muitos migrantes”, alertou o diretor de Operações e Emergências do organismo internacional, Mohammed Abdiker.

Outro caso informado à OIM neste mês envolve uma jovem mantida refém em um lugar descrito como um armazém próximo ao porto de Misrata. A vítima teria sido capturada por sequestradores somalis. A suspeita é de que a mulher ficou sob cárcere por pelo menos três meses, embora as datas precisas sejam desconhecidas. Seu marido e filho moram no Reino Unido desde 2012 e receberam pedidos de resgate.

Relatos indicam que ela é submetida a estupros e agressões físicas. O marido já pagou 7,5 mil dólares aos bandidos, que estão cobrando outros 7,5 mil dólares.

“O que sabemos é que migrantes que caem nas mãos de traficantes enfrentam má nutrição sistemática, abuso sexual e (correm risco) até mesmo (de) homicídio. No ano passado, soubemos de 14 migrantes que morreram apenas em um mês em uma dessas localidades, por

doenças e fome. Temos ouvido (denúncias) sobre valas comuns no deserto”, acrescentou Abdiker. O diretor lembrou que, apenas em 2017, a Guarda Costeira da Líbia e outras autoridades já

encontraram 171 corpos de migrantes mortos no Mediterrâneo.

Fonte: <https://nacoesunidas.org/migrantes-no-norte-da-afrika-sao-vendidos-em-mercados-de-escravos-na-libia-denuncia-onu/> - 20.04.2017

Quase um terço do total de vítimas de tráfico de pessoas no mundo são crianças, segundo informações do Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2016.

Quase um terço do total das vítimas de tráfico de pessoas no mundo são meninos e meninas, de acordo com o Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas 2016, lançado em dezembro do ano passado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). O Relatório estabelece que mulheres e meninas correspondem a 71% das vítimas do tráfico.

"O tráfico de pessoas com fins de exploração sexual e trabalho forçado continuam sendo as modalidades mais detectadas desse crime. No entanto, existem também vítimas de tráfico para mendigar, para casamento forçado ou fraudulento, ou pornografia", declarou o Diretor Executivo do UNODC, Yury Fedotov, na apresentação do Relatório.

O documento destaca que, enquanto mulheres e meninas tendem a ser vítimas de tráfico com fim de matrimônio ou exploração sexual, homens e meninos são explorados geralmente para trabalho forçado na indústria de mineração, como carregadores, soldados e escravos.

Além disso, 28 por cento das vítimas de tráfico identificados em todo o mundo são crianças. Mas, em regiões como a África Subsaariana e na América Central e no Caribe esta população compõe 62 e 64 por cento das vítimas, respectivamente.

O Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2016 do UNODC inclui ainda um capítulo temático, que descreve sobre as ligações entre o tráfico, migração e conflitos. "As pessoas que fogem da guerra e da perseguição são particularmente vulneráveis ao tráfico", disse Fedotov. "A urgência da situação pode levá-los a tomar decisões migratórias perigosas. O rápido aumento do número de vítimas de tráfico na Síria após o início do conflito naquele país parece ser um exemplo do papel destas vulnerabilidades", acrescentou.

Dados incluídos no relatório indicam que o tráfico e os fluxos migratórios se assemelham entre si em alguns países de destino em diferentes partes do mundo. Os fatores que aumentam a vulnerabilidade ao tráfico durante o processo de migração incluem a presença do crime

organizado transnacional no país de origem e o perfil socioeconômico da pessoa.

O diretor executivo do UNODC destacou também que é claramente preciso que mais recursos sejam investidos para identificar e apoiar as vítimas do tráfico, bem como ações destinadas a melhorar o sistema de justiça criminal para detectar, investigar e processar casos tratados com sucesso.

O relatório, produzido pelo UNODC a cada dois anos, reforça a ligação entre o combate a esse crime e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

América do Sul

A ampla maioria das cerca de 5.800 vítimas detectadas na América do Sul são mulheres, segundo dados coletados entre 2012 e 2014. Enquanto a maioria das vítimas são mulheres adultas (45%), meninas também foram frequentemente detectadas.

O número de casos de tráfico de crianças foi particularmente alto: cerca de 40% das vítimas identificadas durante o período do relatório. Já as vítimas adultas foram detectadas com mais frequência nos países do Cone Sul, como Argentina, Chile e Uruguai.

Mais da metade (57%) das 4.500 vítimas de tráfico de pessoas foram recrutadas para fins de exploração sexual, durante o período. Além disso, cerca de um terço do total de vítimas foram traficadas para fins de trabalho forçado. O relatório destaca ainda que o Brasil relatou um número alto de vítimas, em torno de 3.000 por ano, para delitos como trabalho análogo à escravidão e servidão forçada.

Uma parte significativa foi vítima de adoção ilegal ou venda de bebês; cerca de 4% das vítimas detectadas na América do Sul entre 2012 e 2014. Aproximadamente 2,5% foram traficadas para a produção de material pornográfico.

A maior parte do tráfico aparenta ser conduzida por criminosos que operam de dentro de seus países. Mais de 20% das pessoas condenadas por tráfico na América do Sul em 2014 eram

estrangeiras, majoritariamente provenientes de outras nações sul-americanas.

A grande parcela do tráfico na região envolve vítimas sul-americanas, tanto originárias do país de identificação (tráfico interno) quanto de outros países da região.

O tráfico transfronteiriço na região ocorre majoritariamente entre países vizinhos. Entre 2012 e 2014, vítimas traficadas da Bolívia foram detectadas na Argentina e no Chile, e vítimas do Paraguai foram encontradas na Argentina. Cidadãos do Paraguai, Peru e Bolívia foram encontrados no ou repatriados do Brasil. Vítimas colombianas foram detectadas no Equador e no Peru.

Entre os países do Cone Sul, Argentina, Chile e Uruguai são os destinos com maior número de tráfico transfronteiriço, enquanto Paraguai e Bolívia são majoritariamente países de origem.

Todos os países analisados relataram ao menos uma condenação entre 2012 e 2014, e a maioria dos países registrou entre 1 e 20 condenações por ano. Apenas a Argentina registrou um número maior, com totais anuais entre 30 e 60

condenações. O número de investigações é significativamente elevado na América do Sul; Argentina, Brasil, Equador, Peru e Bolívia registraram centenas de investigações. Menos da metade (46%) foi julgada, ao passo que menos de um terço do número de pessoas julgadas (28%) foi condenada. Em média, para cada 100 pessoas oficialmente suspeitas ou investigadas pela polícia, 13 são condenadas por uma corte de primeira instância.

As definições na legislação brasileira em relação ao tráfico de pessoas dificultaram a realização de uma análise regional compreensível, durante o período. Entretanto, a implementação de uma nova legislação – aprovada em outubro de 2016 – talvez traga mudanças quanto aos dados brasileiros, os quais, por sua vez, podem ter impacto nos números totais na região.

Fonte: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2017/03/quase-um-terco-do-total-de-vitimas-de-trafico-de-pessoas-no-mundo-sao-criancas-segundo-informacoes-do-relatorio-global-sobre-trafico-de-pessoas.html> - 17.03.2017

Dos 50 milhões de escravos modernos, 60% estão na Ásia

No mundo existem ao menos 45,8 milhões de escravos modernos. Dois terços destes homens, mulheres e crianças estão na área da Ásia-Pacífico. De fato, o continente asiático tem o maior número de escravos. São 26,6 milhões, 58% do total. Os dados foram revelados pelo Global Slavery Index 2016, publicado esta terça-feira (30/05) pela Walk Free Foundation, organização caritativa fundada pelo magnata australiano Andrew Forrester e sua esposa Nicole. A Coreia do Norte, Uzbequistão, Camboja, Índia e Catar são os países asiáticos que possuem os percentuais mais elevados de escravos. Em números absolutos, no entanto, Índia, China, Paquistão, Bangladesh e Uzbequistão encabeçam a lista.

Causas

Segundo estudiosos do setor, três são as principais causas que alimentam a escravidão: o business, com a busca de trabalho a baixo-custo; a criminalidade organizada, que explora o tráfico de seres humanos; a exploração do homem pelo homem.

Para fazer frente a esta verdadeira tragédia, são necessárias leis que proíbam a escravidão; informação clara da indústria a respeito dos modos de produção e onde são produzidos os produtos; mas sobretudo mudança de

mentalidade, também em relação ao consumismo desenfreado que busca produtos a custo reduzido.

Primado da Coreia do Norte

Graças a uma maior precisão das pesquisas e métodos, foi revelado que o número de escravos no mundo teve um incremento de 28% em relação a 2014. Em uma lista de 167 países, as primeiras posições - número de escravos em proporção ao número de habitantes - são ocupadas pela Coreia do Norte, Uzbequistão, Camboja, Índia e Catar.

Situação particularmente difícil na Coreia do Norte, pela existência de uma rede de trabalhos forçados que fazem parte do sistema produtivo do país. Ao mesmo tempo, milhares de mulheres são vendidas à China e países vizinhos como esposas ou para exploração sexual. 4,37% dos norte-coreanos são escravos, revela o relatório.

Catar

O Catar, por sua vez, tem 30 mil escravos (1,36% da população) entre seus 2,3 milhões de habitantes. O setor que mais concentra o trabalho escravo é a construção civil, sobretudo em obras ligadas ao Campeonato Mundial de Futebol de 2022. A grande massa de escravos - 99,4 % são

homens - é proveniente, sobretudo, da Índia, Nepal, Filipinas, Sri Lanka e Bangladesh.

Índia e China

Em números absolutos, a Índia e China lideram a lista, com o maior número de escravos. São 18,35 milhões e 3,39 milhões respectivamente. Após vem o Paquistão com 2,13 milhões, Bangladesh com 1,53 milhões e Uzbequistão com 1,23 milhões. Muitos destes países adotam um sistema de trabalho de baixo custo, produzindo bens de consumo para mercados da Europa, Japão, América do Norte e Austrália.

Apesar dos número, a situação na China é considerada positiva, visto as medidas adotadas pelo governo para combater o problema.

Hong Kong

Um dado curioso, é que para o Global Slavery Index, Hong Kong é pior que a China, pois o território oferece pouca proteção às pessoas vulneráveis à escravidão, como crianças, mulheres, migrantes), existindo até mesmo a suspeita de que "existam políticas governativas e práticas que facilitam a escravidão".

Fonte: <https://nacoesunidas.org/onu-lanca-2a-edicao-de-projeto-para-inserir-refugiadas-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/>
13.03.2017

Quase três quartos dos migrantes que chegam à Europa são alvo de tráfico ou exploração

Estudo da organização das Nações Unidas para as migrações mostra que muitos são raptados, mantidos em cativeiro e sujeitos a trabalhos forçados. Há até quem pague parte da viagem com um órgão.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) acaba de divulgar os resultados de um novo estudo sobre tráfico e exploração de seres humanos. Esta terça-feira, Dia Anti-Escravatura, esta importante entidade intergovernamental revelou que quase três quartos (71%) dos migrantes que arriscam fazer as rotas do Mediterrâneo Central que ligam o norte de África à Europa foram objecto de vários tipos de exploração e de tráfico de seres humanos.

Este número resulta de quase nove mil entrevistas anónimas feitas a migrantes nos últimos dez meses depois de percorrerem as rotas do Mediterrâneo Central e Oriental. No comunicado que tem online, a OIM informa que "este estudo é a primeira tentativa de quantificar a prevalência destas práticas de exploração de forma a realçar a sua escala e a sua frequência alarmantes".

Estes migrantes que procuram refúgio na Europa ficam à mercê de criminosos no longo caminho que têm de percorrer e são muitas vezes mantidos em cativeiro ou a trabalhar sem serem pagos. Quase metade (49%) dos entrevistados que fizeram a rota do Mediterrâneo Central disseram ter sido obrigados a permanecer em determinado local contra a sua vontade e, com frequência, a trocar a sua liberdade por um resgate. A maioria dos casos registados aconteceu na Líbia.

O trabalho forçado é muitas vezes a única maneira de garantir um lugar num barco para atravessar o Mediterrâneo. Um barco que viajará certamente sobrelotado e que pode nunca chegar à costa.

"Sabe-se ainda muito pouco sobre a escala deste negócio ou quanto dinheiro está a ser feito com a infelicidade e o trabalho das pessoas que fogem da guerra e da pobreza", disse ao diário britânico The Guardian Simona Moscarelli, especialista em anti-tráfico que trabalha para a Organização Internacional das Migrações. "O que este estudo mostra é que as redes de tráfico humano estão a tornar-se cada vez mais brutais e eficazes a explorar e a tirar lucros da vulnerabilidade dos migrantes."

O relatório deste órgão das Nações Unidas identifica ainda outra realidade preocupante – a do tráfico de sangue e de órgãos. Entre as pessoas inquiridas, 6% admitiram ter visto ou ouvido relatos de pessoas obrigadas a dar sangue quando estavam em cativeiro ou a pagar com órgãos parte da sua viagem.

O que os dados agora revelados pela OIM também revelam sem margem para interpretações ou para surpresas é que, quanto mais tempo um migrante está em trânsito, mais susceptível fica ao tráfico e à exploração. De facto, 79% dos que passaram um ano ou mais num país diferente do da sua origem foram sujeitos a pelo menos um tipo de abuso.

A duração da viagem tem diferenças significativas quando comparadas as rotas do Mediterrâneo Central com as do Oriental: nas primeiras, 35% dos entrevistados estiveram mais de seis meses na estrada, ao passo que nas segundas o número desce para 11%.

As rotas orientais, em que os migrantes viajam por terra via Grécia e Turquia, são muito menos usadas que as do Mediterrâneo Central, o que pode ajudar a explicar os dados. Nos percursos

terrestres, 14% das pessoas apresentam sinais de tráfico ou de exploração. Desses, 6% estiveram em cativeiro, 7% dizem ter trabalhado sem qualquer compensação. Episódios de tráfico de sangue e de órgãos ocorreram na Turquia, Grécia, Albânia, Macedónia e Sérvia.

“A OIM está extremamente preocupada com a exploração e os abusos que os migrantes têm vindo a experimentar quando se dirigem para a Europa”, diz o chefe de missão desta entidade no Reino Unido, Dipti Pardeshi, citado no comunicado que está online. “É importante para nós olhar para a Europa e para o resto do mundo para vermos o que mais pode ser feito por aqueles que percorrem as rotas migratórias e por aqueles que já chegaram à Europa. Temos de nos lembrar que, independentemente das razões que levam as pessoas a deslocarem-se, ou do seu background, elas merecem protecção.”

É precisamente desta necessidade de protecção que se impõe que fala também o comissário britânico anti-escravatura, Kevin Hyland, sublinhando o facto de a crise dos refugiados estar a alimentar as redes de tráfico humano, que se aproveitam permanentemente dos mais frágeis. “É preciso agir urgentemente para proteger estas pessoas”, diz Hyland. “Acredito que a chave [para resolver este problema] está no Reino Unido e noutros governos assumirem como prioridade a salvaguarda contra os riscos da escravatura moderna e integrarem-na na sua resposta à crise dos imigrantes e refugiados”, acrescenta, falando ainda na necessidade de apertar o cerco aos traficantes e a todos os que lucram com este esquema de exploração humana.

Fonte: <https://www.publico.pt/2016/10/18/mundo/noticia/quase-tres-quartos-dos-migrantes-que-chegam-a-europa-sao-alvo-de-trafico-ou-exploracao-1747832> - 18.10.2016

ENGLISH

Human trafficking: 'Victims are very reluctant to step forward'

Rachel Williams

Social workers need a better understanding of the circumstances that lead to trafficking to help them identify those affected or at risk

Almost 21 million people fall victim to forced labour globally, and there are thought to be up to 13,000 people trapped in slavery in the UK alone. In 2015, UK authorities identified 3,266 potential human trafficking victims.

However, social workers need a better understanding of the dynamics of trafficking – and especially the way it is linked to migration – to help them identify those affected or at risk, according to Hlín Sæpórsdóttir of the State University of New York.

“One of the biggest problems is that there is such a dichotomy in all the discourse,” says Sæpórsdóttir, a PhD student from Iceland with an interest in human trafficking and migration. “It’s all about forced versus voluntary migration, legal or illegal migrants. But human trafficking isn’t black or white – it’s everything in between.”

A common misconception is that victims are always kidnapped, she explains. “Of course, kidnapping does happen, but you could also decide to migrate on your own and then end up in a situation where you are trafficked. You might

have nothing, and then someone offers you a job as an au pair or a model, for instance. But when you arrive in the host country, you’re told that you have to pay for your transportation and documents, and need to work as a prostitute to pay the debt.”

Refusal is often met with violence or threats of it. “In cases where a victim is present illegally, traffickers often tell the victim that they’ll just get deported or end up in prison if they try to seek help,” she says. “Most victims are people who don’t have any opportunities in their home country – when people are in a vulnerable and desperate state they’re more likely to take these risks. Understanding that, especially in more affluent, westernised parts of the world, is often hard.”

Strict migration policies pose more problems for those seeking to identify and help victims, says Sæpórsdóttir, who has served on an anti-trafficking taskforce in upstate New York. “Once they get to a country where they know they might get deported, victims are very reluctant to step forward.”

She believes that social workers need more knowledge of the many forms of trafficking, which can take place within countries as well as across

international borders, what makes people vulnerable, and the needs of the victims.

Fonte: <http://csem.org.br/noticia/6042-human-trafficking-victims-are-very-reluctant-to-step-forward> - 26.05.2017

Trump Isn't Fighting Human Trafficking, He's Facilitating It

Trump should be aware that his "America First" agenda has the effect of facilitating the enslavement of vulnerable people, in the U.S. and around the world.

Jay Shooster

In an interview with Bloomberg on Monday, President Donald Trump argued that we need his border wall to fight human trafficking, which he described as "probably worse than it ever was in history, if you think about it." He added it's "a problem that you should write something about at some point."

Trump's reading of history disregards the transatlantic slave trade, but, I agree with him on this last point: More attention can always be brought to the problem, and I applaud any president for raising awareness about it. However, Trump's focus on it belies the fact that his policies are only exacerbating the situation. Although his executive order on human trafficking, which he signed in February, might suggest that he's serious about the issue, Trump should be aware that his "America First" agenda—including aggressive immigration enforcement, the refugee ban, and disengagement from international institutions – has the effect of facilitating the enslavement of vulnerable people, in the U.S. and around the world.

The Threat of Deportation Deters Victim Reporting
Before getting into the ways that Trump's policies empower traffickers, it's important to recognize that a wall would do nothing to stop the enslavement of undocumented victims who are already living in the U.S., victims who lawfully immigrate to the country in the future, or the U.S. citizens who fall victim to slavery. Unlike smuggling, which requires crossing international borders and is almost always consensual, trafficking occurs when individuals are forcefully exploited, regardless of whether any movement is involved.

But Trump's agenda is worse than ineffectual, it is positively harmful. One of the primary ways it promotes human trafficking is through aggressive immigration enforcement, which makes victims even more afraid to report abuse to the authorities. The more credible the threat of deportation, the greater control a trafficker has over his victims.

The Alliance to End Slavery and Trafficking (ATEST), a coalition of 14 leading anti-trafficking

organizations, recognizes that "vulnerability to human trafficking is rooted in the ability of...employers to underpay and mistreat immigrant workers" and has explained how "traffickers...use immigration status as a tool of coercion to exploit immigrant communities, both documented and undocumented." The presidentially appointed U.S. Advisory Council on Human Trafficking has also suggested that threat of deportation may contribute to human trafficking and other forms of exploitation.

In that same vein, Saket Soni, executive director of the membership organisation National Guestworkers Alliance, told The Guardian that Trump's aggressive immigration enforcement is "a gift to human traffickers":

Criminalising immigrants makes them more vulnerable to forced labour, human trafficking, and modern-day slavery. Trump's mass criminalisation will drive immigrants further into the shadows, where increasing numbers of them will face forced labour conditions.

This sentiment was echoed by Sarah Mehta, a human rights researcher for the ACLU, who noted (also in The Guardian):

Heightened immigration enforcement will push people underground and create a significant chilling effect on reporting labour abuses....There are consequences for all workers, including US citizens, when the ability to organise and report abuses is thwarted by the threat of deportation.

Crucially, traffickers don't just benefit from the fear deliberately created by Trump's vitriolic rhetoric and high-profile raids; they benefit from an increasingly credible threat of deportation ushered in by concrete policy changes.

First, Trump has directed the government "to ensure the faithful execution of the immigration laws...against all removable aliens" and has radically expanded the definition of who is considered a "priority" for deportation. As Cornell Law Professor Steve Yale-Loehr notes in The New York Times, in Trump's America, "If someone is here illegally they are targets for removal."

As the widely publicized arrest of an undocumented woman at a courthouse in El Paso shows, victims of exploitation are not safe from

deportation, and they are under threat even when engaging with the legal system to report domestic abuse. Recently, a spokesman for the Department of Homeland Security defended its practice of deporting crime victims:

Just because they're a victim in a certain case does not mean there's not something in their background that could cause them to be a removable alien.... Just because they're a witness doesn't mean they might not pose a security threat for other reasons.'

Relatedly, due to the resurgence of "collateral arrests," victims of human trafficking may face arrest and deportation, even as a direct result of human trafficking investigations. Under Obama, ICE agents were usually instructed to arrest only the individuals targeted by an investigation—those for whom they already had an arrest warrant. But under Trump, any suspected undocumented people encountered in the field during operations are fair game for removal, including the victims of trafficking.

Finally, Trump's Executive Order (EO) on Sanctuary Cities, which threatens to cut off federal funds to cities that limit cooperation with federal law enforcement on immigration, is a grave threat to victims who might otherwise seek help from state and local enforcement. ATEST's statement in response to Trump's EO makes this clear:

Local enforcement of immigration law, as mandated under the executive order for "Border Security and Immigration Enforcement Improvements," will irreparably damage law enforcement's ability to identify, investigate and prosecute traffickers. Both executive orders will result in an imbalanced approach that is likely to exacerbate immigrants' vulnerabilities and assist traffickers preying on these communities.

Even if this EO is found unconstitutional, the threat alone may deter countless victims from seeking help, and has already encouraged some jurisdictions to cooperate more fully with ICE.

"Victim Visas" Don't Solve the Problem

In theory, special immigration enforcement waivers should protect trafficking victims and other crime victims from the threat of deportation (and the abuse facilitated by that threat). DHS's campaign to fight human trafficking, which predates Trump, highlights the three forms immigration relief that are technically available to trafficking victims. In reality, this temporary relief depends on the discretion of the law enforcement system, which is extremely hostile to and suspicious of immigrants, and that systematically fails to provide the legal representation and due process that is essential to accessing this relief.

The T-visa program, which is designated specifically for human trafficking victims, has done little to protect the vast majority of trafficking victims. According to a 2013 report by Cronkite News (Arizona PBS), of the 50,000 T-visas that have been technically available over the prior 10 years, the government issued only 6,206. Compare that to the State Department's 2004 estimate that 14,500 to 17,500 people are trafficked into the United States every single year—and that doesn't even include the countless others who are victimized after they arrive.

To qualify for a T-visa, applicants must provide proof of the crime as well as certification from a law enforcement agency that they are cooperating in the investigation and prosecution of the case, and as ICE itself recognizes, cooperation can be terrifying. Here is part of a victim's testimony, included in an ICE news release:

"It was really terrifying. I never thought I'd see him again," G said. "It was the worst thing someone could have to go through. To have to live that pain again was a struggle."

Nevertheless, unless the victim is under the age of 18 or is deemed "unable to cooperate due to physical or psychological trauma," DHS requires them to cooperate in trafficking prosecutions as a condition of receiving the visa. Furthermore, victims are required show that they would suffer "extreme hardship" involving "unusual and severe harm" by being deported. With requirements like these, it's no wonder that so many victims decline to turn to law enforcement.

The other forms of relief, "continuing presence" relief and U-visas, suffer from similar issues. "Continuing presence" relief (provided by DHS) is temporary, granted only for the length of the investigation/prosecution, and can be revoked at any time. U-visas, which are technically available for victims of a wide array of crimes (including trafficking) also require cooperation from the victim, and proof of "substantial physical or mental abuse." In practice, victims have to deal with the presumption by law enforcement officials that they are simply seeking a "free pass" to stay in the U.S. Once again, the numbers suggest a massive disparity between the number of people that may deserve relief and the number of people who actually get it. For example, the NYPD said its Domestic Violence Unit certified only 152 U visas in 2015 out of 580 applications. At the federal level, there is also a huge backlog. The federal government limits U visas to 10,000 a year, and in September 2015, there were nearly 64,000 applications pending.

In sum, the temporary and uncertain nature of immigration relief—and the risky and sometimes

degrading process that is required to get it—leaves trafficking victims feeling extremely reluctant to report abuses to law enforcement.

The Refugee Ban Exposes Vulnerable People to Trafficking Overseas

Trump's aggressive immigration policy doesn't just expose people to trafficking in the U.S., it facilitates the trafficking of the world's most vulnerable people: refugees. In her testimony before the Senate, Elisa Massimino, president and CEO of the nonprofit Human Rights First explained how Trump's refugee ban hurts the very people who are "most vulnerable to slavery"

"Traffickers are opportunistic and ruthless. They are drawn like sharks to those in distress, and it's hard to imagine people in more distress today than the refugees," she said. "In fact ... nobody benefits more from the refugee crisis than those in the business of modern slavery."

Other attempts to curb legal immigration, including Trump's travel ban, may have dire consequences for those unable to emigrate from places (see this map showing the prevalence of trafficking around the world) where the risk of falling victim to trafficking is extremely high, like Somalia and Sudan, both of which are on the administration's list of temporarily banned countries.

Threats to USAID, State Department, and International Institutions Hurt Anti-Trafficking Efforts

The Trump administration's hostility to international human rights—including the potential defunding of and disengagement from international human rights institutions, and the funding and staffing threats to the State Department—pose major threats to the global anti-trafficking movement.

The United Nations Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons Especially Women and Children—ratified by the United States—recognizes that we cannot fight human trafficking without international cooperation. And

as recently as 2013, there was a broad consensus in the UN General Assembly that greater international cooperation was needed to combat the threat.

The Trump administration's draft plans to defund international organizations could create a major impediment to that coordination. Anti-trafficking efforts are deeply integrated into the work of dozens of UN agencies and other international organizations that depend on the U.S. for funding and political support.

Additionally, the Trump administration's disuse of the State Department—through budget cuts and lack of senior appointments—may create significant barriers to international and domestic anti-trafficking efforts. In addition to leading our international diplomacy on trafficking, the State Department "supports the coordination of anti-trafficking efforts across the U.S. government." The Secretary of State actually chairs The President's Interagency Task Force to Monitor and Combat Trafficking in Persons (PITF), which coordinates the anti-trafficking efforts of 15 departments and agencies across the federal government.

While it is possible that similar to counterterrorism programs, anti-trafficking initiatives will get special treatment under Trump, it's hard to see how drastic budget cuts and staffing deficiencies won't have ramifications for policy initiatives across the board—including human trafficking efforts. The same goes for cuts to USAID, which has spent over \$200 million to counter human trafficking globally since 2001.

The upshot: Unless Trump reverses course on immigration enforcement, the refugee ban, and disengagement from international institutions, the Trump administration will be remembered more for facilitating human trafficking than fighting it.

Fonte: <http://csem.org.br/noticia/5935-trump-isn-t-fighting-human-trafficking-he-s-facilitating-it> - 03.05.2017

Latin America Lacks Clear Policies to Tackle Human Trafficking

Daniela Pastrana

Each year, some three million undocumented immigrants enter the United States, half of them with the help of traffickers, as part of a nearly seven-billion-dollar business, according to the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC).

Although Mexico is still the main source of migrants to the United States, a rise in the flow of migrants from Central America and South America

has been seen in the last few decades, and more recently from the Caribbean, Asia and Africa.

Three-quarters of these new migrants cross Mexico and many of them are victims of criminal networks.

Human trafficking is one of the hidden violations of the human rights of hundreds of thousands of people. But, although the smuggling of migrants is a transnational crime, in the countries involved in

this phenomenon there are no transnational policies to address the problem.

“The agreements that exist between countries are aimed at cracking down on people to keep them from crossing borders. But there is not one bilateral or trilateral agreement that really seeks to solve the problem in an integral manner,” Martha Sánchez Soler, coordinator of the Mesoamerican Migrant Movement (MMM), said in an interview with IPS.

Every year, the MMM organises a convoy of Central American mothers searching for their missing children in Mexico, which has prompted an effort to build bridges between countries in the region to trace the missing migrants.

“We have reported ‘coyotes’ (people smugglers) a thousand times and they don’t do anything to them because there is no serious intention to stop the problem. Coyotes are good business for governments,” the activist explained.

Human trafficking and people smuggling are crimes that have come into the spotlight in Latin America, and in multilateral bodies, in recent years.

The United Nations refugee agency (UNHCR) says the phenomenon is fuelled by difficult living conditions in less developed countries, the stiffening of migration policies in industrialised countries, and the fact that it was not previously seen as a structural problem, but as a series of isolated events.

The U.N. Convention Against Transnational Organised Crime, signed in Palermo, Italy in 2000, was the international community’s response to the rise in human trafficking, considered a modern form of slavery.

The Convention was reinforced by the Protocol Against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air and the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, especially Women and Children.

Although many people confuse human trafficking and people smuggling and use them as synonymous terms, they are related but involve different activities: the objective of trafficking is the exploitation of a human being, it is considered a form of modern slavery, and victims do not necessarily cross borders.

Smuggling, on the other hand, is a transnational crime, since it involves the facilitating of the illegal entry of a person to a country for economic benefit; it is often done in dangerous or degrading conditions; the victims give their consent; and it generally ends with the arrival of migrants to their destinations.

However, in Mexico, people smuggling has combined with other forms of crime and many migrants fall victim to trafficking networks for

sexual exploitation or forced labour for drug cartels.

According to the UNODC, the smuggling of migrants from Mexico to the U.S. generates nearly seven billion dollars a year in profits, which makes it one of the most lucrative transnational organised crimes, since it is less risky than drug trafficking.

Felipe de la Torre, from the UNODC office in Mexico, said this is a “conservative” figure, in a crime “necessarily linked to corruption, which has proliferated” up to the highest levels of government and public bodies, not to mention private sectors such as railway companies.

“The routes of migrants began to coincide with those of drug trafficking, making the crossing even more violent...It became a business generating outrageous profits for organised crime, in which many lives are lost and the physical and psychological health of many others is put at risk,” said De la Torre.

Mexican lawyer Ana Lorena Delgadillo, head of the Foundation for Justice and Democratic Rule of Law, told IPS that “the Palermo Convention is the key to these issues; there are more general bilateral agreements, but they focus more on research and on coordination between justice systems.”

She added that: “although regulations are in place, there are no real regional policies establishing measures to ensure a comprehensive approach to this phenomenon.”

“When they refer to transnational policies in the U.S., they mean not letting migrants into the country and pursuing the coyotes. But they are not referring to policies to address the problems surrounding the whole phenomenon, and even less to the victims,” she said.

The particular case of Cuba

An example of this lack of policies has been seen in the case of Cuban migration since 2015. In November that year, the government of Costa Rica dismantled a people smuggling network, which triggered a crisis, with several thousands of migrants stranded in different countries in the region, that closed their borders to the transit of undocumented migrants.

In Cuba, most of the people cheated by human smugglers suffer the consequences in silence. The most dramatic cases, with tragic human losses, are often depicted in national TV series on crime, based on real life stories. This phenomenon has hit Cuba since migration got trapped in the conflict with the United States, in the 1960s.

Migrant smuggling is punished with harsh sentences that include life imprisonment in

aggravated cases. But no clear data exists on the human costs.

“The risks are enormous, because you are at the mercy of the mafias. With them, there is no room for any law or human rights,” a Cuban living in the United States, told IPS. He said smugglers mainly used to come from the U.S. to pick Cubans up on speedboats, as they defected illegally.

In recent years, migrants have left Cuba legally, heading first to South America or Central America on their dangerous journey to the U.S., paying smugglers 7,000 to 13,000 dollars per person and often falling prey to violence, extortion and other crimes at the hands of trafficking networks. The journey of at least 7,700 km takes them across as many as eight national borders.

“One of my best friends paid 4,000 dollars to a man who was supposed to arrange her departure from the country. Her family spent the same amount in the U.S. After a year, she had no choice but to admit that she had been swindled. Since it was an illegal operation, she did not file a complaint,” 40-year-old professional Idalmis Guerrero told IPS.

The woman’s story dates back to before the immigration reform implemented in January 2013, which expanded travel rights for Cuban citizens,

revoked the requirements of an exit permit and letters of invitation from hosts abroad – cumbersome procedures that drove up the costs and red tape involved in any trip for personal reasons.

However, obtaining a visa for the United States or other countries is still difficult.

On January 12, 2017, a week before handing over the presidency to Donald Trump, then president Barack Obama terminated the U.S. Cuban Adjustment Act of 1966, known as the “wet foot, dry foot” policy, which basically guaranteed Cuban immigrants residency one year and one day after they set foot on U.S. soil.

He also eliminated the Cuban Medical Parole programme, which enabled Cuban medical professionals stationed in other countries on international missions to defect and obtain visas to the United States.

Although Mexico and Cuba have several agreements for working together against people smuggling, Cubans arrested on their way to the U.S. began to be deported on Jan. 21 after they were denied safe conducts that give foreign nationals 20 days to leave Mexico.

Fonte: <http://csem.org.br/noticia/6088-latin-america-lacks-clear-policies-to-tackle-human-trafficking> - 06.06.2017

Lives transformed by language classes for Syrian women

The waves of desperate people slipping across international borders every year has created a massive moneymaking opportunity for unscrupulous human traffickers.

Waves of desperate people are slipping across international borders every year and smugglers are making billions from an industry built on human misery.

The secretive nature of this dark and deadly trade means experts can provide only an educated estimate of the profits it generates for the criminals involved.

But the International Organisation for Migration’s (IOM) best assessment is that it’s worth a staggering \$US10 billion (€8.9 billion) a year.

“It could even be more,” says Frank Laczko, the director of the IOM’s Global Migration Data Analysis Centre in Berlin.

Laczko is a global leader in migration research and despairs about what the world still doesn’t know: how many people are engaged in smuggling, how many people are smuggled each year, and how many migrants are dying during their journeys.

The several thousand deaths the IOM documents each year is presumed to be just a fraction of the true figure.

The desperation driving the trade

Smugglers’ customers are all trying to escape something: the war in Syria; political oppression and arbitrary detention in Iran; religious persecution in Myanmar; the Taliban in Afghanistan; and, most commonly of all, difficult lives in poor and poverty-stricken countries.

With the aid of smugglers they embark on dangerous and often deadly journeys that range in cost from a few hundred dollars, to many thousands.

African migrants fleeing violence and hunger make perilous desert crossings on foot to reach lawless Libya, where they wait to cross the Mediterranean on decrepit boats that have carried thousands upon thousands before them to their deaths.

Asylum seekers from war-ravaged Syria hand what money they have left to smugglers who escort them to the Turkish border, despite the high likelihood that they’ll be caught, and possibly shot at, by increasingly vigilant Turkish guards.

Hundreds of thousands of Rohingya Muslims, who've already fled violence and persecution in Myanmar, wait in squalid camps in Bangladesh for the next chance to pay a smuggler to reach India, Nepal or Pakistan.

Central Americans determined to flee violence and poverty in their homelands are still paying smugglers to slip from Mexico into the United States, albeit in far fewer numbers after a concerted crackdown by the US Border Patrol.

The smugglers

Investigators say smugglers are typically part of loosely-organised networks that have a vast geographic reach and players responsible for very specific tasks.

They are recruiters who scout for customers. They are forgers who specialise in fake passports and birth certificates.

They are inn-keepers who house the smuggled during their clandestine journeys. They are drivers and guides who escort migrants to the borders they will cross.

They are corrupt border officers who take a share of the profit to let people in.

But like any booming industry, the smuggling trade is evolving and with vast profits to be had, there is evidence pointing to the growing role of transnational, organised crime groups in some regions, including from Mexico to the United States.

The United Nations Office on Drugs and Crime says groups that were once active only on specific routes, or in specific regions, are expanding into new markets.

"Some have merged or formed cooperative relationships, expanding their geographical reach and range of criminal activities. For some crime groups, migrants are viewed simply as one of many commodities to be smuggled along with drugs and firearms for instance," it says.

Observers also point to the escalating brutality of smugglers.

Earlier this year, the UN's children's program, Unicef, said women and children fleeing conflict and poverty in Africa were being routinely beaten, raped and starved in unofficial detention centres in Libya, controlled by militia involved in the smuggling trade.

Unicef said the centres were essentially prisons, where people were held to ransom, and coerced into prostitution and other work, with young girls even forced to have contraceptive injections so they would not fall pregnant.

Are destination countries feeding the beast?

The response of many countries facing an influx of people, who arrive with or without the help of smugglers, has been to dramatically ramp up their border protection efforts.

But experts warn policy-makers that such responses are actually fuelling, not fighting, the smuggling trade. The harder it is for desperate people to move, the more likely it is that they will need the help of smugglers to get where they're going.

Amnesty International's Secretary-General Salil Shetty is a savage critic of the hardline approaches taken by countries such as Australia, which uses its navy to turn smuggling vessels back at sea, and sends those caught onboard to immigration detention centres in other countries.

Shetty says Australia and other countries that have sought to emulate its response are not only violating international refugee and human rights conventions, but they are feeding the very industry they claim to be weakening.

"No matter how high the walls or how well armed the coastguards, people who have nothing to lose will find a way to escape unbearable situations even if it means risking their lives in dangerous journeys," Shetty says.

Demetrios Papademetriou, of the Migration Policy Institute in Washington, agrees and says the smuggling industry is growing on the back of demand driven by border protection policies.

"Strengthened border controls mean that more and more people are relying on facilitators," he says.

Mass movement

The UN Refugee Agency, the UNHCR, says wars and persecution have driven more people from their homes than at any time since records began. In its latest report, issued last year, it said there were 65.3 million forcibly displaced people at the end of 2015 – up from 59.5 million a year earlier.

Most – almost 41 million – remain within the borders or confines of their birth countries, but the rest have moved. Data is too scattered and incomplete to paint an accurate picture of how many people are smuggled across international borders for profit each year.

But the IOM says there is evidence that smugglers facilitate the movement of "huge numbers" of people.

Europol, for example, estimates that 90% of migrants that cross Europe's borders unlawfully do so with the help of smugglers. The figure for Chinese migrants heading to Canada is said to be similar. And about 80% of the up to three million people living illegally in both Malaysia and Thailand paid traffickers and other criminals to get there.

Deadly journeys

In 2016, a record 7,870 people died on their migration journeys.

They included 5,100 men, women and children who perished in the Mediterranean Sea – the world’s deadliest migration route – up from about 3,800 in 2015.

So far this year, the IOM’s Missing Migrants Project says more than 2,100 people have died or vanished during migration. The Mediterranean crossing, linking the African continent with Europe, has accounted for more than 1,500 of those cases.

But the true human toll of the smuggling trade is certainly higher. No-one knows how many Africans have perished crossing the Sahara trying to reach Libya, a busy staging point for boat journeys to Europe.

Big profits, low risk

The people-smuggling trade is a marketplace for high-profit, low-risk crime.

In key smuggling corridors, payments are often made via the Hawala system, an informal way of transferring money based on verbal assurance and carried out by a huge network of brokers, mainly located in the Middle East, North Africa, and the Horn of Africa.

Put simply, it’s a way to transfer of money without actually moving it, and this verbal honour system leaves no paper-trail for law enforcement authorities to follow.

But cash is used too, with Europol and other agencies pointing to large cross-border cash deliveries. Smuggling profits re-enter the legitimate economy via money-laundering schemes such as real estate investment.

Investigators must also contend with uncooperative migrants, who refuse to provide intelligence about who they paid even when they’ve faced abuse during their journeys, in part because they might need their smugglers if they want to help relatives move in the future.

As regional cooperation and intelligence-sharing ramps up, more smuggling kingpins are being caught. But historically, those who’ve been prosecuted for smuggling have typically been middle-men and low-level players including boat crews and truck drivers.

If closing borders isn’t the answer, what is?

In May, the UN High Commissioner for Refugees Filippo Grandi issued a press statement that contained some jaw-dropping statistics. Over the course of a single weekend, on 6 and 7 May, more than 6,000 people crossed the Mediterranean to reach Italy. About 70 of them died.

Grandi has previously railed against efforts by governments to lock down pathways used by

migrants, saying closed borders are no solution to a humanitarian problem.

Some observers say what happened in the Mediterranean on that weekend in May proves Grandi’s point.

Thousands made the crossing from northern Africa to Europe over those two days despite the European Union’s anti-smuggling naval mission, Operation Sophia, launched to fight smuggling in the Mediterranean and stop migrants from drowning.

In February, the operation’s chief Manlio Scopigno said its mandate was to identify, capture and immobilise ships carrying illegal immigrants, “not to save lives at sea”.

But in truth Operation Sophia has had more success saving lives, than fighting the smuggling trade.

Since its launch a little over a year and a half ago, Operation Sophia has captured 101 smugglers and traffickers, neutralised 387 boats and rescued more than 33,000 migrants at sea.

But Scopigno had another jaw dropping figure to share, estimating that the 33,000 lives saved accounted for just 13% of those who tried to cross the Mediterranean in the same period.

Where to next?

Migration experts are in universal agreement that the global community has poorly planned for and managed the inevitable mass movement of people in a world plagued by more frequent and longer lasting conflicts, oppression in all its forms, and vast economic disparity.

National leaders appear to agree, with UN member states deciding at the UN General Assembly last year to pursue new global compacts to protect the rights of refugees and migrants, save lives, share responsibility for large movements of people, and attempt to end the protracted wait for resettlement that so many refugees face.

Those negotiations are due to start in early 2018 and Laczko, from the IOM, says it will be a “difficult discussion”. But he’s heartened nonetheless: “At least they are starting to have this discussion.”

Grandi, the high commissioner for refugees, used last year’s vote at the UN General Assembly to remind the world that there must be a shared solution to a shared problem.

“No one government can address large-scale movements of refugees on its own. International cooperation is the only way forward.”

Fonte: <http://www.thejournal.ie/human-trafficking-3-3431698-Jun2017/> - 11.06.2017

Xenophobic rhetoric created the conditions for abusing migrants

To combat exploitation like that uncovered by the Observer in Sicily, the EU needs a pan-European law on supply chain transparency.

Aidan McQuade

In 2003, long before the feeble European response to the Mediterranean refugee crisis, Anti-Slavery International published *The Migration-Trafficking Nexus*. This report identified the particular vulnerabilities to enslavement that migrants face because of systematic failures of destination countries to protect their human rights.

Since then, the Council of Europe anti-trafficking convention and the European Union anti-trafficking directive have gone some way towards establishing a common legal framework in response to the enslavement of human beings across Europe. But, as with all laws, these measures can have little impact if states refuse to implement them.

In recent years an ever more poisonous xenophobic rhetoric has spread across Europe. This establishes an environment highly conducive to the exploitation of migrants and allows greater freedom to those who wish to turn a blind eye. The prejudice against migrants means there is insufficient public anger to turn the issue of their disgraceful treatment into a political one that must be resolved.

The failures of Sicilian authorities to protect the human rights of vulnerable workers, which the *Observer* has uncovered, are not unique to Italy. Recently, for example, the state-sponsored trafficking of North Korean citizens to Poland and Malta has been exposed.

In the UK, Anti-Slavery International has dealt with cases across the country where our clients have been let down by police who have failed to

recognise the facts of their enslavement. These sorts of routine policing failures have been courageously highlighted by the UK's anti-slavery commissioner, Kevin Hyland, but, it seems, with results unsatisfactorily similar to those in Italy, despite the efforts of Italian human rights activists on behalf of migrants in Sicily.

More must be done. The EU needs a pan-European law on supply-chain transparency, similar to the UK's, but with more teeth. Such a law should compel businesses to expose where the risks of slavery in their supply chains are highest, and should empower public officials to exclude from the single market goods tainted with forced and child labour.

Before the vote for Brexit, one would have said this was a matter that the British government should be leading on in the EU council of ministers, to give full expression to the country's anti-slavery traditions and ambitions.

The carnage in the Mediterranean and the tolerance of slavery within Europe starkly demonstrate that the region is betraying its own ideals of upholding democracy, human rights and the rule of law.

Europe desperately needs leaders of conscience and courage to remember these ideals and translate them into law and policy that repudiates the xenophobic prejudices that allow human rights abuses to flourish.

Fonte:

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/mar/12/xenophobic-exploitation-migrants-sicily-trafficking-slavery> - 12.03.2017

U.N. Sees Slavery Risk As Number Of Solo Migrant Children Hits Record High

Anastasia Moloney

A record number of refugee and migrant children are traveling solo to escape violence and poverty, falling prey to abuse and human traffickers in their journey to a new life, the United Nations children's agency said on Wednesday.

Be it to escape war in Syria or gang violence in Central America, natural disaster or famine,

increasing numbers of children are on the move and are traveling alone, UNICEF said in a report.

About 200,000 unaccompanied children applied for asylum across 80 countries from 2015 to 2016 and another 100,000 children were stopped at the U.S.-Mexico border, UNICEF said.

Taken together, 300,000 children traveled alone worldwide from 2015 to 2016 - a five-fold increase

since 2010, when 66,000 children were reported to be on the move, UNICEF said.

“Ruthless smugglers and traffickers are exploiting their vulnerability for personal gain, helping children to cross borders, only to sell them into slavery and forced prostitution,” Justin Forsyth, UNICEF deputy executive director, said in a statement.

“It is unconscionable that we are not adequately defending children from these predators.”

UNICEF said the central Mediterranean route between north Africa and Italy is one of the world’s deadliest, with 4,579 deaths last year, including some 700 children, many from Eritrea, Gambia, Nigeria, Egypt and Guinea.

Unaccompanied and separated children accounted for 92 percent of all children arriving in Italy by sea last year.

While the Mediterranean route is favored by traffickers - some children have even had organs removed - traffickers are also active on other routes, the report said.

Boys and girls account for three in every five victims of human trafficking in Central America and the Caribbean, according to the United Nations Office on Drugs and Crime.

Many of them face likely sexual exploitation, said Maria Cristina Perceval, UNICEF’s Latin America regional director.

“Because the difference with this and other crimes and exploitation is that a girl who is exploited sexually is seen as merchandise that can be used

again and again,” Perceval told the Thomson Reuters Foundation in a phone interview.

Most children from Central America migrate to escape gang violence and poverty, or to join relatives living abroad.

UNICEF said human smugglers who guide children along their journey use rape, violence and extortion en route.

One migrant, 17-year-old Mary from Nigeria, was trapped in Libya for more than three months where she was raped by her smuggler as she tried to reach Italy, UNICEF said.

“He said to me, if I didn’t sleep with him, he would not bring me to Europe. He raped me,” Mary, who traveled alone, is quoted as saying.

Some smugglers operate a ‘pay as you go’ deal — asking for no money up front, but later demanding sums children may not be able to pay. They are then put to work to pay off the debt, through forced labor and prostitution, the report said.

One migrant, 16-year-old Aimamo, said he and his twin brother were forced to work on a farm in Libya for two months to pay their smugglers.

“If you try to run they shoot you and you die. If you stop working, they beat you,” Aimamo is quoted as saying in the report. “After working, they lock you inside.”

Fonte: http://www.huffingtonpost.com/entry/un-sees-slavery-risk-as-number-of-solo-migrant-children-hits-record-high_us_591de88ee4b034684b0a8502 - 18.05.2017

Banning women from domestic work abroad raises trafficking risks - UN

Beh Lih Yi

Southeast Asian governments’ efforts to stop women from going abroad for domestic work are putting their citizens at greater risk of becoming victims of trafficking and exploitation, the United Nations warned.

Nearly half of the world’s 53 million domestic workers are from Asia, most of them women from impoverished families seeking higher incomes abroad.

However, horrific cases of maids being beaten and raped have prompted some governments - including Indonesia, Myanmar and Cambodia - to stop sending domestic workers to certain countries in recent years.

In a study released on Friday, the International Labour Organization (ILO) and UN Women said such restrictions, designed to protect women from abuse, actually exposed women to greater risk.

“Even if there are barriers to women’s regular migration, it doesn’t stop women from migrating,” Anna Olsen, a technical specialist from the ILO, told the Thomson Reuters Foundation by Skype from Hanoi.

Women end up migrating “irregularly” - entering the destination country and then working without documentation or permission.

“Irregular migrants have fewer protections in destination countries, which means they are more vulnerable to forced labour, exploitation and human trafficking,” Olsen said.

For the report, released to coincide with the International Domestic Workers’ Day, researchers studied bans imposed by Cambodia in 2011 and Myanmar in 2014, and found they led to a rise in illegal recruiters smuggling women abroad.

The U.N. agencies said the lack of a legal route made women domestic workers more vulnerable, as they were scared to seek help when they were abused.

"Within three months of going, I was tortured and wanted to come back... they told me that even if I was killed no one would know," a Cambodian domestic worker said in the report.

The study said these restrictions, which primarily impact women, were a setback for female empowerment.

"Women make decisions to migrate despite known risks, judging that potential gains outweigh

potential problems. Many women report satisfaction and empowerment through migration, as they can earn much higher wages than at home," it said.

Globally about 200 million migrants, half of whom are women, sent home almost half a trillion dollars in 2016, helping to lift families out of poverty by providing financial stability and access to education, the International Fund for Agricultural Development said this week.

Fonte: <http://news.trust.org/item/20170616010134-o1jq/> -
16.06.2017

ESPAÑOL

Tráfico humano en California: “Por seis años fui esclavo laboral”

Esclavitud laboral, explotación sexual, abuso infantil: todo esto proviene del tráfico humano, un problema vigente en Los Ángeles

Jorge Luis Macías

Por seis años fui esclavo laboral”, dijo Avelino Reloj, un hombre filipino de 37 años de edad que logró escapar de sus captores en 2011, gracias a una llamada telefónica que pudo hacer a la Coalición para Abolir la Esclavitud y la Trata (CAST).

“Me contrataron en una agencia para venir a trabajar a Estados Unidos; firmé un contrato y me aseguraron que me pagarían hospedaje, alimentación y transporte”, narró. Sin embargo, la realidad fue distinta.

Al arribar a Missouri le obligaron a firmar un nuevo contrato; debía pagar una supuesta deuda de miles de dólares. Además, su pasaporte le fue confiscado y le advirtieron de no hablar con extraños ni abrir la boca.

“Trabajaba como conserje de un hotel solo dos o tres días” dijo Avelino y los traficantes de humanos le pagaban \$7.85 por hora.

“Luego me enviaron a Carolina del Sur, de ahí a Panamá City Beach [Florida] y después a California... Una buena samaritana me rescató cuando me tenían en Oxnard y junto con un amigo mío nos tuvo escondidos por una semana”. Avelino, quien vive hoy en libertad, radica con su esposa en Los Ángeles —una ciudad que se encuentra entre los primeros 10 destinos en el país para el tráfico humano de carácter laboral o sexual.

De acuerdo con informes de la Línea Nacional Directa de Trata Humana, se reportaron 478 casos en California en 2015.

La historia de Avelino se dio a conocer durante un simposio organizado este fin de semana en el Templo Emanuel de Beverly Hills por la Mesa Redonda Latino-Judía de la Liga Anti-Difamación (ADL), donde expertos en el tema respondieron a las inquietudes sobre esta problemática.

“La trata humana es un problema importante”, dijo Amanda Susskind, directora de la Oficina Regional del Pacífico Sudoeste de ADL.

“Desde hace más de cien años nosotros hemos denunciado este problema. Pero la gente no habla necesariamente del tráfico humano en términos de prejuicios e intolerancia, sino de componentes como ser el estatus económico y la nacionalidad y por eso se mantiene el silencio”.

Una industria multimillonaria

En la actualidad, cerca de 36 millones de personas son esclavizadas en el mundo, lo que coloca al tráfico humano como la segunda industria criminal más grande y de mayor crecimiento, según el Índice Global de la Esclavitud.

La trata de personas que generan ganancias a los criminales por \$150,000 millones cada año. De esa cantidad, \$99,000 millones provienen de la ganancia que se obtiene de las víctimas a quienes se les obliga al tráfico de sexo. El mayor

número de víctimas se encuentra en: Estados Unidos, México y Filipinas, según el Departamento de Estado.

“Este es un fenómeno muy complicado de resolver, porque se ha extendido por todos lados”, dijo David M. Herzog, asistente de la Oficina del Departamento de Justicia para el Distrito Central de California.

“La Fiscal General [Loretta Lynch], el DOJ y el Presidente [Barack Obama] han hecho de la trata humana una prioridad que afecta a la comunidad doméstica e internacional”.

El Estado Dorado

Tres de los 13 lugares identificados de alta densidad en la trata humana en EEUU están en California, en específico en las ciudades de: San Francisco, Los Ángeles y San Diego, de acuerdo con la Oficina Federal de Investigación (FBI).

En lo referente a las víctimas en los condados de San Diego, Los Ángeles y Alameda, el Consejo de Bienestar Infantil de California, documentó la implicación de menores de edad.

“Estas son zonas o áreas metropolitanas ubicadas en la Costa del Pacífico que representan zonas de destino para el tráfico sexual nacional e internacional”, agregó Hertzog. “En la industria de la agricultura hemos detectado que se da el trabajo forzado”.

Becca Channel, coordinadora de CAST, calificó el problema de la trata de personas como “descomunal” y abogó para que el condado brinde refugio adecuado para las víctimas. “Siempre es difícil encontrarles una cama, y cuando hablamos de tráfico humano, es todavía más complicado hallarles un refugio”.

¿Cuál es la situación en el condado de L.A.?

La formación del Grupo Regional de Trabajo de Tráfico Humano de Los Ángeles (LARHTTF) comenzó en noviembre de 2015. Las estadísticas

acumuladas de personas rescatadas por las autoridades son:

De las 123 víctimas rescatadas:

30 fueron adultos

93 fueron niños víctimas de explotación sexual Comercial

De las 322 detenciones:

99 de ellos eran clientes sexuales

125 tenían alguna relación con la trata de personas.

76 fueron adultas trabajadoras sexuales comerciales

49 proxenetas o traficantes de humanos

69 detenidos por delitos contra niños en Internet

29 detenidos por otros delitos

En 2015 se efectuaron 284 órdenes de cateo y se presentaron 4 casos federales.

Explotación sexual infantil

Este delito degrada y amenaza la integridad física y psicosocial de los niños. La prostitución, la pornografía y la trata con fines sexuales, son las formas primarias de explotación sexual.

La ciudad de Oakland, en California, es el epicentro de un triángulo de tráfico entre los condados de San Francisco y Contra Costa; sin embargo el 46% de todos los casos de trata de personas procesadas en California vino de la oficina del fiscal del distrito de Alameda.

Es este lugar se identificaron 486 jóvenes, quienes estuvieron en riesgo o involucrados en explotación sexual comercial desde 2011 hasta 2015 y se constató que: el 86% tenían historia de detención juvenil, el 56% tenían historia de consumo de drogas, el 22% tenía antecedentes penales familiares y el 29% tenía problemas de salud mental.

Fonte: <https://laopinion.com/2016/11/02/trafico-humano-en-california-por-seis-anos-fui-esclavo-laboral/> - 02.11.2016

Redes de tráfico humano se sofisticarían más con la construcción del muro en frontera sur de EE.UU.

En ese “negocio” que se ha sofisticado con el paso del tiempo interactúan múltiples actores desde coyotes, carteles de droga, pandillas y traficantes; todos aportan de uno a otro punto en la movilización, según expertos.

Tomás Guevara

El ambicioso plan de Donald Trump que goza del visto bueno del Partido Republicano para completar el blindaje de la frontera sur con México con el impenetrable muro para los indocumentados que intenten llegar a Estados

Unidos de manera irregular, podría frenar en alguna medida los flujos de inmigrantes indocumentados; pero a la vez produciría una sofisticación mayor de las redes de tráfico humano que operan desde Centroamérica hasta

la nación norteamericana con ese lucrativo “negocio”.

Es la premisa de un grupo de expertas que han trabajado sobre el terreno desde el Triángulo Norte (El Salvador, Honduras, Guatemala) y México sobre el tema de las migraciones y el tráfico humano y que expusieron detalles sobre sus investigaciones en el Centro Woodrow Wilson en la capital estadounidense.

Este tanque de pensamiento convocó para el evento titulado: “Migraciones, trata y crimen organizado en Centroamérica, México y Estados Unidos”, a las investigadoras, Gretchen Kuhner, directora del Instituto por la Mujer Migrante; Mónica Salazar, investigadora independiente; Guadalupe Correa, autora del estudio: “Trata de personas en Centroamérica y a lo largo de las rutas migratorias orientales de México: el papel de las organizaciones transnacionales del crimen”.

También se sumaron a las ponencias las expertas: Celina Realuyo, profesora de La Universidad de Defensa Nacional, y Therese Couture, de Data Analítica; moderadas por Eric Olson, director asociado del Programa para América Latina del Centro Woodrow Wilson.

“Yo entiendo que el presidente quiere hacer más difícil la entrada de indocumentados a Estados Unidos, eso se entiende, pero lo que tratamos de decir es que si bien esa es una política para resolver el problema, la misma tendría serias consecuencias: a medida se hace más difícil el paso de los indocumentados, ellos necesitarán más del crimen organizado para ayudarlos a cruzar, entonces de cierta forma se estaría fortaleciendo el crimen organizado que utilizaría su logística para cruzar a la gente por la barda”, explica Olson.

Y agrega que aunque la construcción del muro genere una especie de dique en la frontera sur, las redes seguirán operando desde los coyotes de pueblos que llevan a su gente por el primer tramo del camino, las bandas de narcos y pandillas que tienen control territorios en el recorrido y las bandas que operan ya en la frontera para el cruce de los inmigrantes a suelo estadounidense y su respectivo canjeo por el dinero tratado con sus familiares.

Le experiencia evidencia que a medida se han ido reforzando los controles en las frontera sur, las redes de tráfico se han ido sofisticando más, en especial al observar el fenómeno desde el año 2001, y ahora con la puesta en marcha del muro al que aspira Donald Trump, esto supondría un

peldaño más en la escala de riesgo para los se aventuren a llegar a Estados Unidos de forma irregular, sintetiza Olson.

Para Guadalupe Correa, el tema del tráfico humano desde países como El Salvador, Guatemala y Honduras, más otros al sur del continente tiene una multiplicidad de factores que se conjugan a medida se llega al cuello de botella fronterizo.

Por un lado, se podrían separar aquellos migrantes que están buscando una reunificación familiar forzada, otros que van a abrirse camino por su cuenta, pero también hay en el mismo caldo un segmento de mujeres que son trasladadas como parte de las redes de trata de personas para trabajos esclavizantes ya en Estados Unidos y que han sido sacadas con engaños de sus comunidades.

Para terminar de complicar el panorama, en esas cientos de miles de personas que ilustran las imágenes del lomo de “la bestia”, figura también una buenaparte de personas que huyen de la violencia de El Salvador, Honduras y Guatemala, acosadas en el mismo camino por los pandilleros que pretenden dejar atrás.

“Es un verdadero drama humano que nos hace pensar en lo complejo del problema y para el que no hay soluciones fáciles para resolverlo”, acentúa, la investigadora.

En el encuentro con un variado público conformado por representantes de centros académicos y observadores de gobiernos de la región, y de Estados Unidos, se ofreció una variedad actualizada de datos para entender más el complejo tema de las migraciones y el tráfico humano por la región, ofrecido por las investigadoras.

“Hay una confusión de lo que está pasando en Centroamérica y México, aquí en Estados Unidos, todo es visto a través de una visión de drogas y narcos; y la realidad es mucho más compleja, el crimen organizado obviamente está envuelto en muchas de estas actividades, pero para ser buenos tomadores de decisión tenemos que entender a fondo de que se trata, cuáles son los diferentes aspectos del crimen organizado”, puntualizó Eric Olson.

Fonte:

<http://www.elsalvador.com/noticias/internacional/318182/redes-de-trafico-humano-se-sofisticarian-mas-con-la-construccion-del-muro-en-frontera-sur-de-ee-uu/> - 04.03.2017

Víctimas de abuso sexual se unen en campaña contra la pornografía y tráfico humano en RD

Víctimas de abuso sexual se unen en campaña contra la pornografía y tráfico humano en RD.

Uerelin Montero

Más de 40 jóvenes voluntarios criollos y extranjeros desarrollarán una agenda de prevención en distintas comunidades del país, sobre el abuso sexual infantil, pornografía y tráfico humano.

Entre las actividades que realizarán están los testimonios de algunas víctimas de violaciones.

Dalia Nieto, de nacionalidad mexicana, fue violada cuando tenía seis años. Por miedo y vergüenza, calló por 30 años lo sucedido.

Las víctimas de agresión sexual infantil, también pueden ser masculinos, tal es el caso de Héctor Carías, quien fue abusado a la edad de 13 años por el pastor de la iglesia a la que asistía.

Tanto Dalia como Héctor, recibieron ayuda y superaron los traumas que les dejó aquella

horrible experiencia. Hoy en día son parte de un grupo de voluntarios que llegó al país para desarrollar una agenda de prevención de este y otros tipos de abusos infanto- juveniles.

La iniciativa es de la Fundación Internacional, "Ya Basta", quien replicará en las provincias Barahona, San Cristóbal, Duarte y Santo Domingo, programas impartidos en otros países a través de cuentos, obras teatrales y testimonios para concientizar a los niños y jóvenes.

La agenda de estos voluntarios se extenderá desde hoy hasta el 31 de mayo.

Fonte: <http://noticiassin.com/2017/05/victimas-de-abuso-sexual-se-unen-en-campana-contra-la-pornografia-y-trafico-humano-en-rd/> - 17.04.2017

España dice que la respuesta de la ONU ante el tráfico humano sigue fragmentada

España dice que la respuesta de la ONU ante el tráfico humano sigue fragmentada

La ministra de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad, Dolors Montserrat, aseguró hoy que la respuesta de la ONU ante el tráfico de personas sigue estando "fragmentada" y pidió una mayor coordinación y trabajo conjunto para eliminarlo.

En su intervención durante el debate abierto del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, la ministra reiteró la idea de que la eliminación de la trata de personas, y en particular la que tiene lugar en los conflictos, va "más allá de los esfuerzos de una región o país en concreto", y requiere el trabajo de todos.

"Todos los Estados miembros debemos responder a la trata a través de la cooperación entre nuestras unidades de inteligencia, policiales y judiciales, y con el sector privado y la sociedad civil, no sólo en el marco de Naciones Unidas", afirmó Montserrat.

Por ello, reclamó a los presentes "más información y coordinación" sobre el uso del tráfico humano por parte de grupos armados para poder proporcionar "una fotografía lo más exhaustiva posible" de rutas o puntos calientes de un conflicto, con el fin de establecer las medidas operativas que deben adoptarse.

Asimismo, aseguró que la acción de la ONU es fundamental para eliminar esta lacra, ya que en

situaciones de conflicto "los sistemas judiciales nacionales pueden quebrarse".

"Resulta indispensable proporcionar una atención preferente a las fuentes de financiación de la trata, y una buena manera de abordarlo en toda su complejidad es a través de planes nacionales y legislación", recalcó.

En concreto, la ministra puso como ejemplo la aprobación en España a finales de 2015 del plan integral de lucha contra la trata de seres humanos, que refuerza la coordinación en todos los ámbitos.

Montserrat recordó que la trata de personas representa "la mercantilización de los cuerpos y de la dignidad del ser humano" y la "reencarnación de la esclavitud", e insistió en la necesidad de situar a las víctimas en una posición central.

España es el país impulsor de la primera resolución del Consejo de Seguridad de la ONU dirigida a combatir la trata de personas en situaciones de conflicto y de terrorismo.

Esta resolución refuerza el marco normativo en materia de sanciones, rendición de cuentas, flujos financieros y protección y asistencia a las víctimas, con especial atención en mujeres y niñas, y especialmente cuando la trata tiene como objetivo la explotación sexual.

Fonte: http://www.eldiario.es/politica/Espana-respuesta-ONU-trafico-fragmentada_0_622588770.html - 15.03.2017

Cuba- EEUU: Tráfico humano y relaciones bilaterales

De acuerdo con las autoridades cubanas, el tráfico de personas evidenció un notable descenso desde que el 12 de enero del presente año, la administración del expresidente Barack Obama pusiera fin a la política de “pies secos, pies mojados”.

Luego del restablecimiento de relaciones entre Cuba y Estados Unidos, las cifras del tráfico humano se redujeron rápidamente a partir de la cooperación bilateral en esta área, sin embargo, funcionarios del Ministerio del Interior de la Isla declararon en una entrevista concedida a la agencia Reuters, que estos avances podrían revertirse de no ser reanudadas las conversaciones de alto nivel entre ambas naciones.

Los funcionarios cubanos explicaron además, que la interrupción en los diálogos bilaterales tras la elección del presidente Donald Trump, ha posibilitado que las bandas de contrabandistas intenten reorganizarse y consolidarse, lo que puede comprometer la seguridad de los dos países.

Si bien los organismos policiales de Estados Unidos y Cuba mantienen comunicación directa, las conversaciones de alto nivel son esenciales, pues “la cooperación salvaguarda los avances que hemos hecho”, reiteró la Teniente Coronel Dalgys Lamort, funcionaria de la Dirección de Inmigración y Extranjería.

Por su parte, el Teniente Coronel Marco Rodríguez, representante de la Policía Nacional Revolucionaria, insistió en que la colaboración en esta área permitirá a múltiples organismos coordinar y actualizar estrategias contra organizaciones criminales, para que, de forma conjunta, se continúe neutralizando el actuar de estas estructuras.

Un ejemplo de los resultados alcanzados a partir del diálogo entre ambas naciones, lo constituyó el fin de la política “pies secos, pies mojados”, derogada durante las conversaciones bilaterales sostenidas en la última parte de la administración Obama.

Esta política sumió en el dolor a cientos de cubanos, pues durante 22 años alentó a los de la Isla a abandonar de manera ilegal y riesgosa el país, concediéndoles un trato privilegiado al pisar suelo estadounidense. Su implementación no solo provocó crisis migratorias, secuestros de naves y aeronaves, si no que incentivó el tráfico de emigrantes, la trata de personas y el fraude migratorio.

Tráfico Humano, cifras descendentes

De acuerdo con las autoridades cubanas, el tráfico de personas evidenció un notable descenso desde que el 12 de enero del presente año, la administración del expresidente Barack Obama pusiera fin a la política de “pies secos, pies mojados”.

Según el Teniente Coronel Marco Rodríguez, las cifras son hartamente elocuentes, pues entre el primero y el 12 de enero del presente año, Cuba interceptó 69 hechos de salidas ilegales de personas, no obstante, en los tres meses y medio posteriores, esta cantidad se redujo a 44.

Mientras, en el mes de mayo la Guardia Costera estadounidense informó que, a cuatro meses del fin de esta política migratoria, la cifra de migrantes cubanos interceptados en el mar cayó a cero en abril.

Las autoridades cubanas, señalaron que entre los años 2015 y 2016, Cuba detuvo un total de 86 extranjeros que trataban de ingresar a Estados Unidos a través de viajes ilegales desde el territorio cubano, cifra que también descendió a cero desde el 12 de enero de 2017.

Imandra Ocegüera, representante de la Dirección General de Tropas Guardafronteras, declaró que desde el 2010 al 2017, Cuba detuvo a 182 traficantes, de ellos cuatro estadounidenses, y confiscaron 83 lanchas rápidas. Además, resaltó la peligrosidad del tráfico humano, pues durante este período murieron 49 personas mientras participaban en acciones de contrabando.

Fonte: <http://cubasi.cu/cubasi-noticias-cuba-mundo-ultima-hora/item/64467-cuba-eeuu- trafico-humano-y-relaciones-bilaterales>

- 02.06.2017

App ayuda a ubicar áreas de tráfico humano en India

Una organización caritativa de India ha creado una aplicación que marca las áreas más

peligrosas para el tráfico de personas a fin de prevenir la desaparición de mujeres y niñas en aldeas de alto riesgo para el tráfico sexual.

El app de My Choices Foundation, utiliza una tecnología especialmente diseñada para identificar las aldeas en mayor riesgo de esclavitud moderna y luego lanza campañas para dar la voz de alarma.

"El público de India aún desconoce mayormente que el tráfico de personas existe, y la mayor parte de los padres no tienen idea de que sus hijos en realidad están siendo vendidos como esclavos", dice Elca Grobler, la fundadora de My Choices Foundation.

"Por eso es que la concientización comunitaria y la educación a nivel de las aldeas es tan importante para poner fin al comercio del tráfico humano", dijo Grober en un comunicado dado a conocer esta semana.

La herramienta analítica (app), desarrollada por la empresa australiana Quantum, usa una serie de factores para identificar las aldeas más peligrosas.

Los datos, tomados de la información oficial de censo, educación y salud del gobierno indio y de factores como riesgo de sequía, niveles de pobreza, educación y oportunidades de trabajo, ayudan a identificar las áreas vulnerables.

Alerta Roja

El Índice Global de Esclavitud, compilado por la Walk Free Foundation, una organización mundial que busca poner fin a la esclavitud moderna, estima que unas 46 millones de

personas viven bajo esclavitud en todo el mundo, y de ellas más de 18 millones viven en India.

Muchas campesinas son engañadas por traficantes que les prometen un buen empleo y un pago adelantado, solo para encontrarse después tanto ellas como sus hijas, obligadas a trabajar en campos y fábricas de ladrillos, esclavizadas en burdeles o vendidas como esclavas sexuales.

Alrededor de unas 20.000 mujeres y niñas fueron víctimas del tráfico humano en India en 2016, un aumento de casi 25 por ciento con respecto al año anterior, revelan datos del gobierno.

Aunque India ha reforzado su política contra el tráfico de personas en los últimos años, activistas dicen que la falta de concientización del público continúa siendo uno de los mayores impedimentos para lograr combatirlo.

En 2014, My Choices Foundation lanzó una campaña llamada "Operación Alerta Roja", que ofrecía programas educativos para informar a padres, maestros, líderes comunitarios y niñas sobre los traficantes de personas.

El alto número de aldeas en India, más de 600.000, aunado a los limitados recursos, llevaron a la Fundación a unirse con Quantum para crear una nueva herramienta de datos y usar métodos antiguos y nuevos para combatir a los criminales.

"Estamos ayudando a eliminar el tráfico de personas una aldea a la vez por medio de una combinación de tecnología sofisticada y educación a nivel de comunidad", afirma Grober.

Fonte: <https://www.voanoticias.com/a/tecnologia-aplicacion-india-trafico-sexual-esclavitud-organizacion-benefica/3884522.html> - 02.06.2017

IATA se une al combate contra el tráfico humano

La Asociación de Transporte Aéreo Internacional (IATA) determinó que lanzará una campaña para combatir el tráfico ilegal de personas a nivel mundial en conjunción con otros organismos internacionales, incluyendo una división de Cable News Network (CNN).

Durante el 73vo. Congreso de la Asociación de Transporte Aéreo Internacional (IATA), Alexandre de Juniac, el consejero delegado de la IATA, anunció el arranque de este esfuerzo colectivo para proteger a todos los seres humanos que sean víctimas del tráfico humano.

Remarcó que "el transporte seguro y eficiente de bienes y personas es una fuerza motriz para la prosperidad global. El éxito de la aviación mejora la vida de las personas mediante la creación de oportunidades económicas y el acercamiento de las culturas. Debemos mantenernos firmes frente a cualquier retórica que ponga límites al desarrollo de la aviación".

Jean luc lemahieu, representante de la Oficina de Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNOD) y el periodista Mike McCarthy de CNN International fueron los encargados de presentar los objetivos de la campaña, en la cual establecieron que la industria del tráfico humano genera 30 mil millones de dólares anualmente.

Juniac expresó que todos los miembros de IATA están comprometidos a erradicar el tráfico ilegal de personas y puso a disposición al equipo legal y de salud al servicio de esta campaña.

Fonte: <http://a21.com.mx/organismos/2017/06/06/iata-se-une-al-combate-contra-el-trafico-humano> - 06.06.2017

ITALIANO

Come funziona il mercato degli schiavi in Libia e Niger

L'Organizzazione Internazionale per le Migrazioni ha raccolto le testimonianze dei migranti ridotti in schiavitù in Niger e in Libia, dove esiste un vero e proprio mercato degli schiavi. Mohammed Abdiker, Direttore del Dipartimento per le Operazioni e le Emergenze dell'OIM parla di "una situazione disperata".

Sembrano storie da mercato degli schiavi vecchie di duecento anni, invece si tratta di testimonianze raccolte in questi giorni, dall'Organizzazione Internazionale per le Migrazioni (OIM) in Libia e in Niger, lungo lungo le rotte migratorie del nord Africa.

Le vittime centinaia di giovani africani, come SC, un migrante senegalese che questa settimana tornerà a casa dal Niger dopo mesi di prigionia in Libia.

SC ha raccontato di aver viaggiato dal Senegal fino ad Agadez, dopo ha dovuto corrispondere ad alcuni trafficanti l'equivalente di circa 320 dollari per poter raggiungere la Libia a bordo di un pick-up. I due giorni di viaggio nel deserto sono andati abbastanza bene rispetto a quanto succede a molti migranti: l'OIM ha infatti sentito di molti casi in cui le persone sono abbandonate dopo esser cadute dal camion, o sono assalite da banditi lungo il percorso.

La storia di SC è stata diversa: una volta arrivato a Sabha – sud ovest della Libia – il ragazzo è stato accusato dal conducente del pick-up di non aver mai pagato la somma pattuita dal trafficante, ed è stato portato insieme a tutti gli altri compagni di viaggio in un'area di parcheggio dove ha potuto assistere a un vero e proprio "mercato degli schiavi". "In quel luogo migranti subsahariani erano venduti e comprati da libici, con il supporto di persone di origine ghanese e nigeriana che lavoravano per loro", spiega lo staff OIM.

SC ha raccontato di essere stato "comprato" e di essere stato trasferito nella sua prima prigione, una casa privata dove oltre 100 migranti erano tenuti come ostaggi. In quel posto, i rapitori costringevano i migranti a chiamare le loro famiglie a casa, e spesso erano picchiati durante la telefonata proprio per fare sentire ai loro cari le torture subite.

A SC è stato chiesto di pagare 300.000 franchi CFA (circa 480 dollari). Soldi che non aveva. E' stato quindi "comprato" da un altro libico, che lo ha portato in una casa più grande, dove è stato fissato un nuovo prezzo per il suo rilascio: 600.000 franchi CFA (970 dollari), da pagare tramite Western Union o Money Gram a una

persona chiamata "Alhadji Balde", basata in Ghana.

SC è riuscito a raccogliere qualche soldo grazie all'aiuto ottenuto dalla famiglia e ha lavorato come interprete per i rapitori, in modo da evitare ulteriore torture. Le condizioni sanitarie erano spaventose e il cibo veniva dato solo una volta al giorno. Alcuni migranti che non erano in grado di pagare erano uccisi o lasciati morire di fame.

Tragica anche la situazione delle donne, comprate – apparentemente da persone di nazionalità libica – e portate in abitazioni dove erano costrette a diventare schiave sessuali.

"Negli scorsi giorni", racconta un funzionario dell'OIM Niger, "ho parlato con molti migranti di queste storie, che di solito raccogliamo nei centri di transito di Agadez e Niamey, dove i migranti passano di ritorno dalla Libia. Tutti quanti confermano il rischio di essere venduti come schiavi in piazze o in altri luoghi a Sabha, sia dai conducenti dei pick-up, sia da persone del luogo che dapprima assumono i migranti per lavoretti giornalieri e poi, invece di pagarli, li vendono a nuovi compratori."

Ai racconti dell'OIM Niger si aggiungono le testimonianze raccolte dallo staff OIM in Libia. Tra queste la storia di Adam, rapito insieme ad altri 25 connazionali del Gambia mentre da Sabha si dirigeva verso Tripoli. Anche in questo caso i prigionieri erano picchiati ogni giorno e costretti a chiamare le loro famiglie per chieder loro di pagare un riscatto. Adam è riuscito a versare la somma richiesta solo dopo 9 mesi: soldi che i suoi parenti hanno potuto raccogliere solo vendendo la casa di famiglia.

A quel punto il giovane è stato portato a Tripoli, dove una persona lo ha trovato per strada in condizioni di estrema difficoltà e lo ha portato all'ospedale. Lì la sua foto è stata postata su Facebook e a quel punto l'OIM ha inviato lì un proprio medico per farlo visitare. Ci sono volute 3 settimane di ricovero per farlo riprendere: al momento dell'ospedalizzazione pesava 35 chili e presentava serie ferite da tortura.

L'OIM ha in seguito trovato una famiglia disposto ad ospitarlo per un mese e, dopo un percorso di

recupero, è stato possibile inserirlo in un programma di ritorno volontario. Il 4 aprile è tornato in Gambia, accompagnato da un medico dell'organizzazione, ha potuto incontrare la sua famiglia ed è stato portato in un altro ospedale per un ulteriore periodo di cure, pagate da OIM Libia, che fornirà al ragazzo anche un aiuto economico per la reintegrazione nel paese di origine.

Un altro caso di cui l'OIM è venuta a conoscenza riguarda una giovane ragazza tenuta prigioniera da rapitori somali in una sorta di capannone situato non lontano dal porto di Misurata. Pare sia stata tenuta reclusa per almeno 3 mesi e che sia stata vittima di stupri e violenze fisiche. Il marito e il figlio, che vivono in Gran Bretagna dal 2012, hanno ricevuto richieste di soldi per la sua liberazione.

Il marito è riuscito a pagare tramite la sua famiglia e membri della comunità somale la somma di 7.500 dollari, ma gli è stato appena chiesto di effettuare un secondo pagamento della stessa cifra.

“La situazione è disperata”, ha affermato Mohammed Abdiker – Direttore del Dipartimento per le Operazioni e le Emergenze dell'OIM – tornato di recente da una missione a Tripoli.

“Più l'OIM si impegna in Libia e più ci rendiamo conto di come il paese sia una vera e propria valle di lacrime per i migranti. Alcuni racconti sono veramente terribili e le ultime testimonianze relative a un “mercato degli schiavi” si aggiungono a una lunga lista di efferatezze”

Abdiker ha raccontato che negli ultimi mesi lo staff OIM ha potuto avere accesso ad alcuni centri di detenzione in Libia e cerca di migliorarne le condizioni. “Sappiamo che i migranti che cadono nelle mani dei trafficanti sono costretti a vivere in uno stato di grave malnutrizione e ad affrontare abusi sessuali. A volte rischiano anche di essere uccisi. L'anno scorso, in un solo mese, 14 migranti sono morti in uno di questi posti a causa di malattie e malnutrizione. Ci giungono anche notizie della presenza di fosse comuni nel deserto”.

“I migranti che vanno in Libia nel loro percorso verso l'Europa non hanno idea dell'inferno di torture che li aspetta una volta passato il confine libico”, afferma Leonard Doyle, Portavoce dell'OIM a Ginevra. “In Libia diventano ‘merce’ da comprare, vendere e gettare via quando non ha più valore”.

“Proprio per far sì che questa realtà sia conosciuta in tutta l'Africa, stiamo registrando testimonianze di migranti che sono passati per queste terribili esperienze e le stiamo diffondendo sui social media e sulle radio. I testimoni più credibili di queste sofferenze sono spesso proprio i migranti che tornano a casa con il sostegno dell'OIM. Purtroppo sono molto spesso traumatizzati e vittime di abusi, spesso sessuali. La loro voce ha un peso e un significato speciale, che nessun'altra persona può avere”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5881-come-funziona-il-mercato-degli-schiavi-in-libia-e-niger> - 14.04.2017

Il riscatto delle “schiave” romene abusate

Ai lavori forzati, dalla Romania alle serre del Ragusano. La storia è di quelle che vorresti aver capito male: il paese, almeno l'epoca. Invece no: ora e qui – anche se il «qui» sembra lontano, la provincia all'estremo Sud, quasi un «altrove» consolatorio. Forse persino per i ragusani. Altrimenti non si spiega come un esercito di 5mila “donne invisibili” abbia potuto vivere in schiavitù per anni in Sicilia finché un giornale straniero – l'Observer – ha fatto luce sul dramma.

La metà delle lavoratrici rumene nei campi di Ragusa sono sfruttate «anche sessualmente» dai caporali italiani. La denuncia arriva da un parroco, don Beniamino Sacco, che al quotidiano britannico ha raccontato la sua lotta silenziosa (meglio: inascoltata) durata anni.

«Le donne rumene vivono come schiave nell'indifferenza delle autorità» denuncia Sacco. «Ne ho viste tante con i miei occhi, venire da me in cerca di aiuto, dopo aver subito abusi in silenzio

per paura di perdere il lavoro». La buona notizia è che le istituzioni si sono mosse. A seguito del servizio il primo ministro rumeno Sorin Grindeanu ha inviato una delegazione a Ragusa, per collaborare con le autorità locali.

«Il lavoro nero è una piaga a cui i migranti rumeni sono esposti, e il loro sfruttamento sessuale è una realtà, da combattere» ha dichiarato il Ministro della migrazione rumeno Andreea Pastarnac in un incontro con il prefetto di Ragusa, Maria Carmela Librizzi. La collaborazione è agli inizi: per tagliare i ponti dello sfruttamento trans-nazionale, serve un'azione su due fronti.

Ne è convinto anche don Sacco, che però si è dichiarato «scettico» sul futuro. «In passato abbiamo denunciato la cosa più volte, non è cambiato nulla». A chi di dovere, ora, il compito di smentirlo.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5844-il-riscatto-delle-schiave-romene-abusate> - 09.04.2017

Tratta di esseri umani, 2° business mondiale dopo il traffico d'armi

Luca Cellini

Con l'espressione tratta di esseri umani si intende una forma di schiavitù moderna, quasi sempre invisibile agli occhi dei più, alla quale sono costretti donne, uomini e sempre più spesso bambini. Rappresenta una gravissima violazione dei diritti umani fondamentali.

Generalmente le vittime di tratta si trovano in una condizione di estrema vulnerabilità in quanto provenienti da contesti di disagio e di povertà, aggravate da una globalizzazione sempre più selvaggia, ma anche da zone di guerra o da paesi in cui vengono perseguitate da regimi autoritari. Per questo motivo decidono di spostarsi e spesso, per il trasferimento dalle "periferie del mondo" verso i luoghi in cui sperano di avere un futuro migliore, si affidano a trafficanti senza scrupoli, affiliati a organizzazioni criminali internazionali ben radicate nel territorio, che provvedono a inserire le vittime in vere e proprie reti di sfruttamento. Non è detto che il contatto con i trafficanti avvenga sin da subito; infatti è possibile che ciò si verifichi in altre fasi del viaggio migratorio.

Sui giornali, radio e TV difficilmente si parla di tratta di esseri umani, come se fosse una tematica poco appetibile per i fruitori dell'informazione. Quando, invece, l'argomento viene preso in considerazione, accade di frequente che lo si faccia definendolo in modo errato e piegandosi a facili semplificazioni.

Dietro una vittima di tratta spesso si celano un debito economico, la coercizione fisica o psicologica, una minaccia che mette a rischio la vita della vittima e dei suoi affetti, una condizione di isolamento, una situazione penosa di estrema ingiustizia.

La tratta di esseri umani spesso avviene anche a danno di minorenni che vivono in realtà dove sono forti povertà, degrado e miseria.

Il 20% sono vittime di sesso maschile, nella stragrande maggioranza dei casi minorenni che poi finiscono sulle strade per fare accattonaggio. Nei casi peggiori vengono usati per l'espianto di organi, solo in qualche caso i più piccoli finiscono nel giro illegale delle adozioni. In tutti e tre i casi si parla comunque di bambini che vanno dai 3 ai 13 anni.

L'80% sono vittime di sesso femminile, anch'esse minorenni, che finiscono nel giro della prostituzione; qui si parla di ragazzine che vanno dagli 11 ai 17 anni.

Le vittime di tratta, sia di sesso femminile che maschile, passano da una rete criminale all'altra e vengono letteralmente vendute, per poi finire quasi sempre in Occidente, dove le reti criminali realizzano i loro affari. Al loro arrivo hanno spesso subito violenze di tutti i tipi – stupri, pestaggi, sevizie, torture, minacce alla loro persona e ai loro familiari.

Nel mondo si parla di 21 milioni di vittime di tratta, per un giro di affari stimato di 117 miliardi di euro; stiamo parlando del secondo business criminale a livello mondiale, un giro di affari che viene ancora prima del mercato della droga, ossia il terzo e subito dopo il traffico di armi, che è il primo per introiti economici.

In Europa e in Italia si fa un gran parlare di diritti del minore; la triste realtà è che solo nel nostro paese attualmente ci sono 189.600 persone vittime di schiavitù e sfruttamento, tra cui un'alta percentuale di minorenni.

Come segnalato dall'Europol, l'Ufficio di Polizia europeo, nel 2015 risultano entrati in Europa oltre 10 mila minori che sono poi scomparsi, di cui 6.135 soltanto in Italia.

Nel 2016, secondo il rapporto del Ministero dell'Interno, in Italia sono entrati 25.846 minori non accompagnati. Il dato più agghiacciante lo cita il documento, "Grandi speranze alla deriva", dove si denuncia che solo nei primi sei mesi del 2016 si sono perse le tracce di 5.222 di questi minori. I piccoli spariscono perché vogliono "continuare il loro viaggio" con l'obiettivo di raggiungere "altri paesi europei", afferma il rapporto, ma si teme che quasi la metà di loro finisca nelle mani delle reti criminali, per essere poi sfruttati in vario modo.

Sempre in Italia i dati indicano 112.000 ragazze avviate alla prostituzione, di cui oltre 37.000 risultano minorenni; numeri possibili perché in Italia c'è tanta richiesta, ovvero tanti italiani adulti che pagano per andare con minorenni poco più che bambine. Tutto questo avviene quotidianamente sotto i nostri occhi, eppure di ciò poco o nulla si parla.

Dietro ad ognuna di queste ragazzine avviate alla prostituzione si celano storie raccapriccianti; basta andare in strada come volontari, nelle periferie dimenticate di tante città italiane per leggerle sui loro volti, nei loro sguardi, nei loro prolungati silenzi.

In Italia purtroppo manca ancora una legge seria che possa quanto meno gettare le basi e fornire

gli strumenti di modo per prevenire e liberare migliaia di donne, uomini e bambini vittime di una vera e propria schiavitù, di violenze, di degrado e di miseria umana. Una legge sul modello dei paesi scandinavi, che di recente sulla stessa base è stata approvata anche in Francia, una legge che vuole, sull'esperienza di altre legislazioni europee, punire il cliente come complice dello sfruttamento sessuale, per togliere così alle organizzazioni criminali la fonte di guadagno e per combattere lo sfruttamento di persone vulnerabili, colpire la domanda per contrastare le conseguenze devastanti che la prostituzione crea. Le ragazze che oggi arrivano sulle nostre strade tramite le reti criminali hanno 15 o 16 anni, in qualche caso 13 o 14... Come si fa a parlare di 'libera scelta'?

Le donne che si prostituiscono arrivano da ambienti familiari e sociali degradati, hanno alle spalle storie di povertà, violenza e abusi. Non può esistere nessuna libertà in un comportamento che nasce da una catena di sopraffazioni e miseria.

E' con questa finalità che è in atto la campagna nazionale "Questo è il mio corpo", con l'obiettivo di sensibilizzare l'opinione pubblica, informare sulle reali condizioni di violenza e di non scelta che subiscono il 90% delle donne entrate nel giro della prostituzione, insegnare e testimoniare nelle scuole e nelle nuove generazioni la tristissima realtà di migliaia di giovanissime persone vittime di tratta, riportandone le esperienze tramite la storia di ex vittime uscite dalla schiavitù.

Alcune ex vittime di tratta come ad esempio Isoke nella sua testimonianza sostengono che una legge seria possa servire tantissimo, ma che non sia sufficiente. "Bisogna unire a questa

legislazione un sostegno serio per le ragazze, che permetta loro di ricostruire da zero la loro vita, una rete di relazioni sociali, che le rimetta in piedi per davvero senza lasciarle in strada con un semplice foglio di carta, ma disoccupate e senza protezioni." Per questo Isoke vede nei clienti stessi delle potenziali risorse. "Non voglio certo difendere i clienti o simpatizzare con loro. Mi limito a dire che prima di pensare di multare i clienti, credo sia importante cercare di rieducarli e sfruttarli come risorse per sostenere le ragazze nel loro percorso di liberazione".

Si tratta di un tema molto complesso ed è certo che per affrontarlo bisognerebbe riuscire a creare in tutto il paese un forte movimento trasversale, sociale, culturale e politico, che riesca a informare, sensibilizzare e al tempo stesso fare pressione per l'approvazione d'una legge nazionale che realmente tuteli donne, uomini e bambini, aiutandoli a liberarsi in generale dallo sfruttamento e in particolare dalla schiavitù della tratta. Una specie di rivoluzione culturale che serva a cambiare la testa delle persone su quello che in molti ancora definiscono sbagliando "il mestiere più antico del mondo" ma che trattasi di fatto di schiavitù. Per questo motivo l'Associazione Vittime di tratta scrive una lettera appello proprio alle donne italiane, da donna a donna per dimezzare il numero delle vittime di tratta. Un fenomeno che è in crescita esponenziale, di cui non si parla e per cui si fa troppo poco.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5815-tratta-di-esseri-umani-2-business-mondiale-dopo-il-traffico-d-armi> - 02.04.2017

India, la suora che salva donne dal traffico di esseri umani: "Cristo mi spinge"

Il distretto di Sundargargh (Orissa) "da alcuni decenni è diventato luogo abituale per il mercato della tratta".

Veronica Lea

Il distretto di Sundargargh (Orissa) "da alcuni decenni è diventato luogo abituale per il mercato della tratta"

"L'amore di Cristo mi spinge a salvare le donne tribali dal traffico di esseri umani". Sono le parole di suor Manjula Bars, consacrata delle Serve di Maria, che lavora per migliorare la condizione delle donne in Orissa, Stato dell'India orientale, in un'intervista fatta da Asia News.

Nel grande stato indiano (vi abitano quaranta milioni di persone) la tratta di esseri umani "sta diventando una vera minaccia". Suor Bars spiega che le donne tribali (indigene o aborigene) sono spesso "raggirate dai cartelli di trafficanti di esseri umani che le portano nelle città di tutta l'India con

la promessa di lavori semplici o di facile impiego. Invece, alcune di queste ragazze e donne tribali sono vendute come spose ai poveri contadini, altre finiscono per alimentare il mercato del sesso".

Il distretto di Sundargargh, che comprende la diocesi di Rourkela, "da alcuni decenni è diventato luogo abituale per il mercato di esseri umani. Centinaia di donne vengono vendute nelle città e questo crea grandi pericoli per le vittime, le loro famiglie e l'intera società".

Per tale motivo la diocesi di Rourkela, all'interno della quale opera suor Bars, "da almeno due anni ha deciso di affrontare come priorità il problema delle donne tribali, salvandole e restituendo loro la

libertà”. Insieme al suo gruppo e a funzionari di polizia, la missionaria salva le ragazze prima che esse siano trasferite in altre città. In seguito, fornisce loro sostegno psicologico e formazione vocazionale, tramite cui riesce a conoscere da vicino la vita di ognuna, dando loro una forte motivazione a vivere un’esistenza dignitosa nella società.

“La nostra più grande sfida e compito – continua – è creare una rete con gli altri uffici governativi, i gruppi della società civile, gli organi della Chiesa, i cattolici e tutte le persone di buona volontà”. L’obiettivo di tale collaborazione “è creare

maggiore consapevolezza sul traffico di esseri umani e proporre iniziative per eliminarlo del tutto”. Secondo la suora, “è la nostra vocazione religiosa apostolica che ci incoraggia a collaborare per costruire un mondo di giustizia e amore, come risposta ai bisogni della Chiesa e della società. Le nostre priorità sono i poveri, gli oppressi e gli emarginati”.

Fonte: <http://www.interris.it/2017/05/18/120066/cronache/le-periferie/india-la-suora-che-salva-donne-dal-traffico-di-esseri-umani-cristo-mi-spinge.html> - 18.05.2017

Santa Sede, un congresso sul traffico di esseri umani nella pesca. A Taiwan

Andrea Gagliarducci

Con un congresso internazionale dell’Apostolato del Mare a Taiwan, dall’1 al 7 ottobre, la Santa Sede alzerà la voce – tra le poche organizzazioni internazionali a farlo – sul problema del “traffico di esseri umani” e delle nuove schiavitù che sono legate al mondo della pesca. Ed è un congresso che ha vari significati.

Innanzitutto, per le presenze. La Santa Sede vi porta due cardinali, Peter Turkson, prefetto del Dicastero per il Servizio allo Sviluppo Umano Integrale, e Charles Bo, di Myanmar, che ha facilitato l’apertura delle relazioni diplomatiche del suo Paese e la Cina. Ma vi porta anche l’arcivescovo Marcelo Sanchez Sorondo, Cancelliere dell’Accademia delle Scienze cui Papa Francesco ha chiesto specificamente di occuparsi del tema del traffico degli esseri umani.

Il secondo motivo per cui la conferenza è di interesse è per il luogo dove si svolge: la Santa Sede ha rapporti diplomatici con Taiwan, ma non ne ha con la Cina, con cui sono in corso dei colloqui almeno per definire la questione della nomina dei vescovi. Nel proseguire dei dialoghi diplomatici, la Cina ha sempre chiesto che la Santa Sede abbandoni il suo rapporto con Taiwan, cosa che potrebbe accadere in caso in cui una delegazione vaticana avesse la possibilità di stabilirsi a Pechino. Il fatto, dunque, che si sia scelto Taiwan è particolarmente significativo. Al di là di ogni situazione diplomatica contingente, la

Santa Sede mostra di voler continuare la storica amicizia con Taiwan.

Ma come è stato scelto Taiwan? L’ultimo congresso sul tema fatto in Asia risale al 1997, ed era di ritornare, anche perché in Asia è concentrata la maggioranza della flotta peschiera del mondo. Taiwan ha grandi interessi nella pesca, con “caccia” massiva di tonno e altro pesce in tutti gli oceani, e con un export di pescato del valore di circa 2 miliardi di dollari. Leggendo i dati FAO, si scopre che circa il 36 per cento delle flotte di pesca di tonno al mondo batte bandiera taiwanese.

Il congresso tratterà del tema della tratta dei pescatori, che è un tema sempre più attuale nell’industria peschiera. I lavoratori migranti sono oggetto di traffico e sfruttamento con lo scopo di pescare più pesce di quanto legalmente stabilito. I dati del Rapporto sul Traffico delle Persone 2016 mettono in luce come ci siano 51 nazioni in cui l’industria del pesce contempla anche casi di traffico, o hanno alto rischio di traffico di esseri umani.

Con il Congresso internazionale, la Santa Sede conferma dunque il suo impegno in favore dei più deboli. Un impegno che l’Apostolato del Mare – oggetto tra l’altro di un motu proprio specifico di Giovanni Paolo II – porta avanti da quasi un secolo.

Fonte: <http://www.acistampa.com/story/santa-sede-un-congresso-sul-traffico-di-esseri-umani-nella-pesca-a-taiwan-6142> - 25.05.2017

Trenta milioni di bambini coinvolti nella tratta di persone

Lalani era una ragazza di 16 anni e frequentava il liceo a Melbourne (Australia). Aveva una vita normale, come tanti suoi coetanei. Fino a quando

i genitori non decidono, con l’inganno di una vacanza, di riportarla nel Paese di origine, dove invece l’attendeva un matrimonio forzato. Quando

la ragazza si è ribellata, i genitori sono tornati in Australia, portandosi via il suo passaporto e lasciandola sola in preda alla disperazione. Tramite Facebook, i compagni di scuola di Lalani in Australia, sono riusciti a raggiungerla e attraverso il sito «My Blue Sky» a denunciare ciò che stava accadendo e a salvare la loro amica. La ragazza è riuscita ad ottenere nuovi documenti di viaggio e un biglietto aereo per ritornare in Australia, dove è stata accolta da una On g. Attraverso un processo di mediazione ha ristabilito contatti con la sua famiglia d'origine, è riuscita a continuare gli studi per raggiungere il suo sogno: laurearsi.

Quella di Lalani è solo una delle centinaia di storie di maltrattamenti legati alla tratta delle persone. Proprio per riflettere su questo fenomeno così drammatico, domani, 8 febbraio, si celebrerà la terza Giornata mondiale di preghiera e riflessione contro la tratta di persone che, quest'anno, avrà come filo conduttore il tema: «Sono bambini! Non schiavi».

L'evento, che viene celebrato nel giorno in cui si ricorda Santa Bakhita, che conobbe nella sua vita la schiavitù, è promosso da Talitha Kum, la Rete internazionale della vita consacrata contro la tratta di persone, in coordinamento con il Dicastero per la Vita consacrata, il Pontificio consiglio di Giustizia e pace, il Pontificio consiglio dei Migranti e popoli itineranti, l'Accademia delle Scienze vaticane, Caritas internationalis, l'Unione internazionale delle Associazioni femminili cattoliche e il gruppo di lavoro contro la tratta della Commissione giustizia e pace delle Unione internazionali delle superiore e dei superiori generali.

Negli ultimi trent'anni, si calcola che sono stati circa 30 milioni i bambini coinvolti nella tratta. Attualmente nel mondo, ogni due minuti, una bambina o bambino è vittima dello sfruttamento sessuale. Più di 200 milioni di minori lavorano, di cui 73 milioni hanno meno di 10 anni. Di questi piccoli, ogni anno ne muoiono 22 mila a causa di incidenti di lavoro.

E proprio a questa giornata è dedicato anche il nuovo sito [www .preghieracontrotratta.org](http://www.preghieracontrotratta.org), dove è possibile trovare tutti gli eventi che si stanno svolgendo questa settimana e le storie di questi piccoli.

Come la storia di Pauline. La madre perde la casa, il lavoro e il sorriso e per questo disse di sì, piangendo, quando un'insegnante della scuola dove andava Pauline, che conosceva bene la

situazione della sua famiglia e si accorgeva, ogni giorno, della sua fame, le chiede se la bambina poteva andare a vivere con lei.

«Con lei – ricorda – vissi poco meno di un anno e con lei mangiai, studiai e sognai, ma fu sempre lei, ad un certo punto, a consigliarmi di andare, da una sua sorella, in una città più grande e più bella, dove avrei potuto continuare a studiare alle scuole superiori e a immaginare giorni migliori. Andai, ma il tempo in quella nuova casa era fatto di nuvole nere e fulmini, perché lei mi maltrattava, non mi parlava e non mi ascoltava; conobbi un ragazzino, poi, e fu lui ad invitarmi a scappare per andare a vivere con la sua famiglia, nella loro casa perché lui aveva sempre chiesto ai suoi genitori di avere una sorella e non gli pareva vero di averne trovata, per caso, una per strada».

Fino a quando segue un ragazzo che le promette che l'avrebbe portata in Europa e che le avrebbe dato un lavoro. «Partii – ricorda -, ma arrivammo a Dubai e non feci neanche in tempo ad aprire la mia piccola borsa, almeno per tirare fuori quella foto in cui il sorriso mio si abbracciava con quello di mia mamma, che mi ritrovai sbattuta per strada». Viene sfruttata a lungo, finché non è arrestata ed espulsa verso la Nigeria, il suo Paese. Ma una volta rientrata, la vergogna la fa partire ancora. Tenta così di andare in Europa. Ma anche il viaggio diventa un inferno di sfruttamento. Finché giunge in Italia dove, finalmente, viene accolta in una comunità e per lei inizia una vita migliore.

La prima giornata, voluta fortemente da papa Francesco, è stata celebrata in oltre 154 Paesi nel mondo. A Roma si sono svolte una veglia di preghiera, una celebrazione eucaristica e la partecipazione con striscioni alla preghiera dell'Angelus in Piazza San Pietro, durante la quale il Papa ha ricordato l'evento con queste parole: «Incoraggio quanti sono impegnati ad aiutare uomini, donne e bambini schiavizzati, sfruttati, abusati come strumenti di lavoro o di piacere e spesso torturati e mutilati. Auspico che quanti hanno responsabilità di governo si adoperino con decisione a rimuovere le cause di questa vergognosa piaga, una piaga indegna di una società civile. Ognuno di noi si senta impegnato ad essere voce di questi nostri fratelli e sorelle, umiliati nella loro dignità. Preghiamo tutti insieme».

Fonte: <http://www.africarivista.it/trenta-milioni-di-bambini-coinvolti-nella-tratta-di-persone/111388/> - 07.02.2017

La Giornata mondiale contro la tratta delle persone per sfatare i miti che alimentano l'intolleranza

Sono 21 milioni le vittime della tratta nel mondo (il doppio della popolazione della Lombardia). Nella Giornata mondiale contro la tratta delle persone facciamo un quadro di questo fenomeno che interessa, in particolare, l'Italia.

Andrea Barolini

Dalle 21 alle 35 milioni di persone al mondo. È questa la dimensione del fenomeno a cui è dedicata la Giornata mondiale contro la tratta di esseri umani voluta da papa Francesco l'8 febbraio e giunta alla terza edizione. Un tema che interessa tutto il mondo e in particolare l'Italia, destinazione principale della rotta migratoria attraverso il Mediterraneo. Il mare che molte delle persone attraversano partendo dalla Libia, usata come ponte per raggiungere l'Europa. Il Mediterraneo, quel mare chiamato "the river", il fiume, dalle vittime della tratta (e del traffico) perché inconsapevoli della pericolosità del viaggio che li vede rinunciare a un pezzo della loro umanità a causa di violenze terribili.

Chi sono le vittime della tratta?

La tratta delle persone è un risvolto drammatico del fenomeno più ampio delle migrazioni. Non tutti i migranti, rifugiati e richiedenti asilo, infatti, sono vittime di tratta. È fondamentale capire la differenza tra questi termini:

- un migrante sceglie di spostarsi per motivi spesso economici;
- un richiedente asilo è in attesa che gli venga riconosciuto lo status di rifugiato da un paese che non è il suo;
- un rifugiato è riconosciuto legalmente come una persona che, secondo quanto stabilito dalla Convenzione di Ginevra del 1951, ha lasciato il proprio paese perché perseguitato per motivi religiosi, di genere o per la presenza di conflitti;
- esiste anche il beneficiario di protezione umanitaria, soggetto non protetto dalla legge internazionale ma che necessita di assistenza a causa della sua vulnerabilità.

Le vittime di tratta, invece, sono coloro che vengono costretti tramite violenze e ricatti fisici e psicologici a spostarsi per essere sfruttati e schiavizzati una volta lasciato il proprio paese. Coloro che si affidano a canali illegali per spostarsi – ma non a scopo di sfruttamento – sono vittime di traffico. Il business della tratta delle persone vale 32 miliardi di dollari l'anno e

costituisce un giro d'affari illegale tra i più grandi al mondo e tra i più redditizi d'Europa.

Il traffico di persone è definito come il reclutamento, il trasporto, il trasferimento, l'accoglienza e l'ospitalità di persone, dietro minaccia di ricorso o ricorso alla forza o ad altre forme di costrizione, o tramite rapimento, frode, inganno, abuso di potere o di una posizione di vulnerabilità, o dietro pagamento o riscossione di somme di denaro o di altri vantaggi per ottenere il consenso di una persona esercitando su di essa la propria autorità, a scopo di sfruttamento. Lo sfruttamento include, senza pretesa di eshaustività, lo sfruttamento della prostituzione di terzi e altre forme di sfruttamento sessuale, i lavori o servizi forzati, la schiavitù o pratiche simili alla schiavitù, la servitù o l'espianto di organi. Il consenso di una vittima della tratta di persone allo sfruttamento è irrilevante nei casi in cui qualsivoglia dei mezzi usati di cui sopra è stato utilizzato. (Protocollo di Palermo del 2000)

Cosa succede nel Mediterraneo

"Da anni si parla di invasione ma dal punto di vista numerico quella della migrazione potrebbe non essere una crisi", questo lo spunto di riflessione di Flavio Di Giacomo, portavoce dell'Ufficio di coordinamento per il Mediterraneo, con sede a Roma, dell'Organizzazione internazionale per le migrazioni (Oim) dal 2016 parte integrante delle Nazioni Unite. Perché chi viene in Italia, come le 181mila persone dello scorso anno, corrisponde solo allo 0,3 per cento della popolazione italiana. Perché un milione su una popolazione di 510 milioni di cittadini europei non è in sé un'emergenza numerica ma, invece, una crisi umanitaria che ha visto 255 persone morire nel Mediterraneo dall'inizio del 2017, come rivela il Missing migrants project dell'Oim, un database che raccoglie il numero di morti e sparizioni lungo le rotte migratorie mondiali.

Di Giacomo, durante il Convegno migrazioni e traffico di essere umani organizzato da Pime, Caritas e Manitesse l'8 febbraio a Milano, ha sottolineato come i flussi verso l'Italia sono cambiati negli ultimi anni: se nel 2014 sono stati 42mila i siriani ad arrivare nel nostro paese questo numero è sceso a 1200 nel 2016. Si è visto

invece un incremento delle persone provenienti dall’Africa occidentale, soprattutto dalla Nigeria, una tendenza legata alla situazione sempre più drammatica in Libia, dove i trafficanti si sono moltiplicati. E se in passato molte delle persone che lasciavano l’Africa subsahariana in cerca di opportunità economiche le trovavano proprio in Libia, ora le condizioni di lavoro – forzato – sono così insopportabili da spingere molti a tornare nel paese d’origine o proseguire nel loro spostamento, decidendo così di attraversare il Mediterraneo.

Cosa succede in Italia

Nel nostro paese sono dalle 50 alle 70mila le donne vittime di tratta, la maggior parte delle quali soggette a sfruttamento sessuale ma sempre di più impiegate anche nel lavoro forzato, ambito tradizionalmente riservato agli uomini che sono, invece, 150mila. Persone, dunque, che contribuiscono sostanzialmente a quel 13 per cento del pil italiano che si stima venga generato dall’economia sommersa. Decine di migliaia di donne, la metà delle quali nigeriane, che soddisfano una domanda di 9-10 milioni di prestazioni sessuali acquistate in Italia ogni mese secondo i dati riportati da Anna Pozzi, giornalista e autrice del libro *Mercanti di schiavi durante il* Convegno: nel solo 2016 sono arrivate in Italia

11mila donne nigeriane. E decine di migliaia di uomini che lavorano in condizioni di schiavitù soprattutto nel settore agricolo all’interno di un sistema di caporalato che vede ben 80 epicentri distribuiti in tutto il paese secondo il rapporto *Agromafie e caporalato del maggio 2016*.

Ma le vittime di tratta vengono silenziate ed emarginate a causa di una “narrazione tossica”, nelle parole di Di Giacomo, che genera una visione distorta di queste ma anche dei migranti, dei richiedenti asilo e dei rifugiati come parassiti. Invece, come puntualizza il portavoce Oim, in un’Europa la cui popolazione invecchia, il continente “se vuole sopravvivere ha bisogno di migrazione”. Perché se non sono i valori dell’inclusione, della solidarietà e della diversità a unirli, allora il compito spetta alla razionalità. “La migrazione è qualcosa che resterà, chiudere le frontiere non serve a nulla”, afferma Di Giacomo – se non a dare più lavoro ai trafficanti, potremmo aggiungere. Perché oltre ad alternative al lavoro in nero e allo sfruttamento il compito degli stati è anche quello di sottrarre le persone ai trafficanti fornendo alternative valide e sicure per attraversare terra e mare.

Fonte: <http://www.lifegate.it/persone/news/tommaso-fabbi-medici-senza-frontiere> - 05.06.2017

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A “Globalização da indiferença” e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência
99. TRÁFICO DE PESSOAS e políticas migratórias
100. MÍDIA e migrações: entre discursos e estereótipos
101. Dignidade humana e MULHERES MIGRANTES
102. A DIÁSPORA MUÇULMANA para além dos estereótipos
103. Os paradoxos da ESCRAVIDÃO MODERNA
104. Mobilidade humana: entre FRONTEIRAS e muros
105. Por um olhar mais humano sobre as MULHERES MIGRANTES
106. MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS: riscos e proteção no contexto da violência de gênero
107. Criminalização das migrações e TRÁFICO DE PESSOAS: um ciclo vicioso